



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS ou CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Gabriel Prichoa Scapini

Visões do patrimonialismo brasileiro:

Conceito, contexto e ideologia

Florianópolis

2024

Gabriel Prichoa Scapini

Visões do patrimonialismo brasileiro:

Conceito, contexto e ideologia

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Silva

Florianópolis

2024

Scapini, Gabriel

Visões do patrimonialismo brasileiro : Conceito, contexto e ideologia / Gabriel Scapini ; orientador, Ricardo Silva, 2024.
101 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Pensamento Político Brasileiro. 3. Patrimonialismo. 4. Estado. 5. História das Ideias. I. Silva, Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. III. Título.

Gabriel Prichoa Scapini

**Visões do patrimonialismo brasileiro:
Conceito, contexto e ideologia**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 27 de novembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Ricardo Virgilino da Silva, Dr.

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Carlos Eduardo Sell, Dr.

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Marcos Alves Valente, Dr.

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Ciência Política

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Ricardo Silva, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2024.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão, em primeiro lugar, à minha família. Sem o apoio e compreensão deles ao longo de todo o período dedicado à construção desta etapa da minha vida, nada disso teria sido possível. Quero agradecer especialmente à minha mãe, Ilce, ao meu pai, Altair, e ao meu irmão, Rafael. Sou profundamente grato não apenas pela minha própria jornada, mas também pela história deles, por tudo que me ensinaram e pelos exemplos que me proporcionaram. Além disso, um agradecimento essencial é direcionado à minha namorada, Danielle, com quem tenho aprendido muito a cada dia. Obrigado por preencher minha vida e por seu constante incentivo a cada passo que dou. Sem você, nada disso teria sido possível.

Sou grato a todos os professores que cruzaram o meu caminho até o momento atual, com um agradecimento especial aos professores do Núcleo de Estudo do Pensamento Político (NEPP), em particular a Tiago Losso, Marcos Valente e Jean Castro. Suas aulas despertaram em mim um genuíno interesse pela política e as discussões que tivemos foram fundamentais para a concretização deste trabalho. Não posso deixar de agradecer ao meu orientador, Ricardo Silva, por sua constante orientação ao longo desta jornada. Por fim, expresso minha gratidão à sociedade brasileira por financiar minha formação durante todo esse percurso.

“Não há tradição cultural em abstrato, desencarnada, sem personagens e histórias. Nesse *mister*, certamente temos de que nos orgulhar” (PAIM, 1994, p. 200).

“E como o passado é contraditório e o futuro aberto e pronto para ser construído, é possível ser otimista” (SCHWARTZMAN, 1988, p. 26).

“As impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo-vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se representa na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios de ‘conciliação’”
(FERNANDES, 1987, p. 202)

RESUMO

O patrimonialismo foi uma categoria amplamente explorada por diversos autores brasileiros ao longo do século XX, a fim de compreender as peculiaridades da constituição política do Brasil e investigar possibilidades de mudança. Esse conceito proliferou-se principalmente nas décadas de 1970 e 1980, ainda que seu uso remonte aos clássicos do pensamento social e político brasileiro das primeiras décadas do século XX. A base para sua utilização em trabalhos acadêmicos derivava, essencialmente, de Max Weber, embora nem sempre os usos estivessem em plena consonância com a sociologia política de Weber. É nesse contexto de produção acadêmica acerca do Brasil, no qual o patrimonialismo emerge como conceito-chave, que se insere a presente dissertação. A abordagem adotada baseia-se em elementos da análise conceitual, do contextualismo linguístico e da análise das ideologias, buscando identificar como três obras distintas estabelecem um diálogo e um debate em torno desse conceito. A escolha de três e não uma obra de referência se dá pela possibilidade de avaliar estes autores sob a ótica da construção ideológica de seus escritos. Examinam-se as contribuições de Simon Schwartzman, Antônio Paim e Florestan Fernandes, de modo a revelar as diferentes posições dos autores e a essencial contestabilidade do conceito de patrimonialismo. Assim, patrimonialismo, no decorrer desta dissertação, é entendido como um conceito mobilizado por diferentes óticas para construir uma tese crítica ao passado e conseqüentemente ao período temporal no qual se inserem. A dissertação percorrerá a leitura desses textos amplamente, visando identificar semelhanças e divergências entre as abordagens, bem como as distintas definições de conceitos e metodologias empregadas. Assim, almeja-se adotar uma abordagem que possibilite a reconstrução e contextualização desse conceito no âmbito do pensamento político e social brasileiro. Além disso, pretende-se traçar a sua evolução na produção acadêmica nacional com o propósito de oferecer uma análise comparativa e refletir sobre como esse mesmo conjunto conceitual pode ser empregado por diversas matrizes ideológicas para entender e analisar fenômenos sociais e políticos semelhantes.

Palavras-chave: Pensamento Político Brasileiro; Patrimonialismo; Estado; História das Ideias.

ABSTRACT

Patrimonialism has been extensively explored by several Brazilian authors throughout the 20th century, aiming to comprehend the peculiarities of Brazil's political constitution and investigate possibilities for change. This concept proliferated primarily during the 1970s and 1980s, despite its historical usage tracing back to the classics of Brazilian social and political thought in the early decades of the 20th century. Its implementation in academic works was fundamentally rooted in the ideas of Max Weber, although its application often deviated from strict adherence to Weber's political sociology. It is within the context of academic production concerning Brazil, where patrimonialism emerges as a pivotal concept, that the present dissertation finds its place. The approach adopted in this study is based on elements of conceptual analysis, linguistic contextualism, and ideology analysis, with the purpose of identifying how three distinct works establish a nuanced dialogue and engage in a thoughtful debate regarding this concept. The selection of three works, instead of a single reference, is justified by the opportunity to evaluate these authors through the lens of the ideological construction present in their writings. The contributions of Simon Schwartzman, Antônio Paim, and Florestan Fernandes are thoroughly examined to reveal the diverse stances of these authors and the intrinsic contestability of the patrimonialism concept. Thus, throughout the course of this dissertation, patrimonialism is understood as a concept mobilized from various perspectives, each seeking to construct a critical thesis concerning the past and, consequently, the temporal period in which these perspectives arise. The dissertation extensively analyzes these texts, endeavoring to identify both commonalities and divergences between their approaches, as well as the distinct definitions of concepts and methodologies employed by each author. The aim is to provide an in-depth exploration that effectively reconstructs and contextualizes this concept in Brazilian political and social thought, while also tracing its trajectory within the framework of national academic production. Ultimately, this study seeks to offer a comparative assessment, contemplating how different ideological frameworks may adopt a shared conceptual foundation to comprehend and analyze analogous social and political phenomena.

Keywords: Brazilian Political Thought; Patrimonialism; State; History of Ideas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ES Economia e Sociedade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 METODOLOGIA	13
2. A SOCIOLOGIA POLÍTICA WEBERIANA	22
2.1 QUESTÕES EDITORIAIS	22
2.2 PODER, DOMINAÇÃO E DISCIPLINA	24
2.3 DOMINAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA	27
2.4 CONCEPÇÃO DE ESTADO	29
2.5 DOMINAÇÃO CARISMÁTICA.....	35
2.6 DOMINAÇÃO TRADICIONAL E PATRIMONIALISMO	38
2.7 WEBER NO BRASIL	44
3. PATRIMONIALISMO EM FOCO.....	54
3.1 BASES DO AUTORITARISMO BRASILEIRO.....	54
3.1.1 Resumo da Obra	55
3.1.2 Patrimonialismo em destaque	59
3.1.3 Cosmos Ideológico	62
3.2 A QUERELA DO ESTATISMO.....	65
3.2.1 Resumo da Obra	66
3.2.2 Patrimonialismo em destaque	71
3.2.3 Cosmos Ideológico	74
3.3 A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL	76
3.3.1 Resumo da Obra	77
3.3.2 Patrimonialismo em Destaque:.....	82
3.3.3 Cosmos Ideológico:.....	84
CONCLUSÃO:.....	89
REFERÊNCIAS	99

1. INTRODUÇÃO

O conceito de patrimonialismo desempenha um papel significativo no pensamento político e social do Brasil, ao longo do século XX. Diversos autores recorreram a essa concepção para compreender e avaliar o país. A utilização do patrimonialismo como uma categoria sociológica e política segue os princípios delineados por Max Weber e foi adotada por acadêmicos brasileiros à medida que o pensamento deste clássico da sociologia alemã se difundia.

Em território nacional, uma das primeiras ocorrências do uso do termo patrimonialismo é notada no qualificativo "patrimonial", sem o sufixo "ismo", empregado pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda em seu icônico livro "Raízes do Brasil" (1963 [1936]). Nessa obra, Holanda explora a questão do patrimonialismo a partir do tipo ideal do "Homem Cordial", uma personificação idealizada das relações sociais que se desenvolveram no país, constituída no decorrer do processo colonial. O "Homem Cordial" pauta suas relações de acordo com seus sentimentos, seu coração (que origina a palavra cordial), em oposição ao que o autor entende como o "Homem Racional", que se pauta pela razão.

Apesar da importância do trabalho de Holanda (1963) e de sua análise a partir do conceito de "patrimonial", o debate que esta dissertação visa explicitar ocorre posteriormente e a partir de outra vertente de interpretação do conceito. O debate, que se prolifera durante o regime militar (1964–1985), ganha fôlego a partir de algumas obras importantes, dentre as quais tem destaque a segunda edição da obra "Os Donos do Poder", de Raymundo Faoro, publicada em 1975, cuja edição original é de 1958. O contexto de produção de interpretações sobre o Brasil, utilizando como chave o patrimonialismo, ocorre, especialmente, nos anos posteriores ao golpe de 1964. Nessa seara, além da obra de Raymundo Faoro, encontram-se as contribuições de Florestan Fernandes, "A Revolução Burguesa no Brasil" (1974); Bolívar Lamounier, "Ideology and Authoritarian Regimes" (1974); Maria Sílvia de Carvalho Franco, "Homens Livres na ordem escravocrata" (1976 [1969 publicado pela USP]); Antônio Paim, "A querela do estatismo" (1978); Simon Schwartzman, "Bases do Autoritarismo Brasileiro" (1982) e José Osvaldo Meira Penna, "O Dinossauro" (1988).

Alguns destes textos remetem a visões e opiniões similares, sendo possível agrupá-los com base em alguns “cosmos” de proposta e interpretações da realidade. Estas similaridades se baseiam em visões de realidade e continuidades de determinados argumentos. No cenário desta dissertação, entende-se que as semelhanças e diferenças decorrem da matriz ideológica dos autores, que será abordada com o devido cuidado posteriormente. Por este motivo, nem todos os autores serão avaliados. Conforme apontado, o patrimonialismo fez parte de análises políticas e sociais durante boa parte do século XX, mas neste caso há um interesse especial pelas construções teóricas que se voltavam para uma crítica ao Estado brasileiro constituído no pós-golpe de 1964. Assim, serão analisados os textos que surgiram com o intuito de tecer uma avaliação daquele período e com a utilização do conceito de patrimonialismo, servindo de referências para autores posteriores.

Serão abordados os seguintes textos: “Revolução Burguesa no Brasil”, de Florestan Fernandes; “A Querela do Estatismo”, de Antônio Paim e “Bases do Autoritarismo Brasileiro” de Simon Schwartzman. As obras destes teóricos refletem visões marxistas, conservadoras e liberais, respectivamente. Estas visões, como será avaliado posteriormente, surgem nas críticas e nas propostas dos autores.

Observando a trajetória das ciências sociais no Brasil, a obra de Weber começou a ser lida em meio ao processo de formalização da sociologia como disciplina acadêmica, no decorrer da década de 1940. Além disso, esse é o período em que houve um esforço para definir uma identidade nacional, cognitiva, social e histórica. Entender Weber no Brasil é indissociável da tarefa de entender as questões próprias das ciências sociais brasileiras em um contexto histórico, pela forma como autores primordiais das ciências sociais eram lidos, interpretados e mobilizados. Uma grande parte do pensamento social brasileiro, desde o fim do século XIX, tratou de entender e lidar com o descompasso do país, investigando as peculiaridades de nossa trajetória e as formas como se produziram os contrastes nacionais. Ao se institucionalizar, as ciências sociais, inicialmente, não inventaram novas questões ou hipóteses, mas se esforçaram, segundo Boas (2014), para reelaborá-las. O resultado destes esforços refletia perspectivas teóricas únicas e, por vezes, ideologicamente distintas.

A concepção desta dissertação se volta para a necessidade de explorar este conjunto teórico como um debate acerca de um mesmo conceito, patrimonialismo, circundado temporal e ideologicamente marcado. Sobretudo, busca-se entender como o conceito é mobilizado para produzir interpretações sobre o Brasil e como estas refletem um período na trajetória das ciências sociais brasileiras, contextualizando as produções e os argumentos.

Primeiro pretende-se explorar o conceito de patrimonialismo a partir das proposições de Weber, para, no âmbito das obras acima mencionadas, entender as nuances de sua operacionalização, transpassada, em alguma escala, pela dimensão ideológica. A finalidade é tanto recuperar algumas interpretações brasileiras, com base em Weber, quanto tentar produzir uma interpretação contextualizada dos textos em questão.

Alguns conceitos e terminologias expostas até este ponto necessitam de uma definição para que sua ocorrência possa ser plenamente avaliada. Neste sentido, o tópico a seguir trabalhará questões metodológicas pertinentes à continuidade do trabalho.

1.1 METODOLOGIA

As questões metodológicas que envolvem a proposta desta dissertação operam em níveis distintos. Primeiro cabe expor que, apesar da referência central na obra de Max Weber, a sociologia weberiana não constitui a base metodológica comum dos autores avaliados neste documento. Conforme mencionado anteriormente, o autor clássico foi lido visando entender as possibilidades analíticas que a sua sociologia oferecia para interpretar o Brasil, sendo, desta forma, deslocado do contexto alemão e realocado, em certa medida, no contexto nacional. Por esse motivo, não se tem por objetivo identificar, tampouco qualificar, quais autores seriam mais ou menos fiéis à letra do texto de Weber. Assim, a questão da presente dissertação se volta para a importância de perceber como e por quais meios a ideia de patrimonialismo, em sua definição constituída por Weber, foi

mobilizada em um período historicamente definido no tempo por autores de matrizes ideológicas distintas.

Entende-se que, para melhor compreender esta questão, é necessário se voltar para cada uma das dimensões que envolvem a temática citada anteriormente. A ideia de patrimonialismo envolve uma dimensão conceitual que se divide em duas, a formulação weberiana e a dimensão de conceito em disputa. O termo patrimonialismo não foi cunhado por Weber, mas sua elaboração contribuiu para dar forma ao conceito, da mesma forma, ao chegar no Brasil, ocorreram adaptações por parte dos leitores e promotores de análises a partir deles. Denominar-se-á essa discussão como “dimensão conceitual”. Outro ponto de atenção, que podemos denominar a “dimensão contextual”, relaciona-se ao período histórico de produção dos textos analisados. Esses textos foram escritos em um período relativamente recente e com objetivos bastante próximos, dentre os quais o de constituir uma avaliação crítica da história do Brasil e avaliar as bases para a emergência do regime militar e suas implicações. O terceiro ponto, a “dimensão ideológica” envolve a avaliação da matriz ideológica na qual os autores se inserem. Nesse sentido, a avaliação necessita de critério e meios de entendimento para promover uma análise dos textos em questão atenta para a cosmovisão ideológica de cada autor. Os meios para alcançar estas três dimensões é o tema deste capítulo.

Para lidar com este problema será construída uma tríade metodológica baseada nas obras de Walter Gallie, Quentin Skinner e Michael Freeden. Cada um desses autores será mobilizado para analisar diferentes facetas do objeto de pesquisa. De Gallie derivamos a ideia patrimonialismo como um “conceito essencialmente contestado”; de Skinner, a possibilidade de captar e entender estes três autores como parte integrante e ativa de um mesmo contexto linguístico; e de Freeden, tomar-se-á a noção de ideologia como ferramenta analítica para entender como um mesmo conceito, em um mesmo período de tempo, é mobilizado de formas distintas e justifica posições político-ideológicas distintas. Cada um dos pontos será apresentado no tópico a seguir.

Conceito Essencialmente contestado

A apresentação dos métodos selecionados para constituir esta dissertação visa compor um ferramental metodológico capaz de lidar com o conceito, o contexto e a dimensão ideológica do patrimonialismo nos textos selecionados. Seguindo esta ordem, discutir-se-á, de partida, o conceito. No capítulo anterior, foi construída uma revisão e síntese da sociologia política weberiana. Como se observa no próximo capítulo, o termo “patrimonialismo” não foi inventado por Max Weber, mas pode-se argumentar que foi lapidado por ele, e como parte do processo de produção do conhecimento a lapidação implica na contestação por parte dos seus pares acadêmicos. Walter Gallie, teórico e filósofo escocês, em um de seus textos de maior impacto (1956) apresentou uma reflexão acerca de conceitos centrais da filosofia e da teoria política. Conceitos sobre os quais, segundo ele, há dificuldades de produzir uma definição clara, unívoca e amplamente aceita. Divergências conceituais são problemáticas nas ciências sociais e trazem dificuldades tanto na análise teórica quanto prática (COLLIER et al., 2006). Nas palavras Gallie, “diferentes usos dos termos [como] ‘obra de arte’ ou ‘democracia’ ou ‘doutrina cristã’ servem a diferentes pensamentos, embora não totalmente independentes, para diferentes escolas ou movimentos de artistas e críticos, para diferentes grupos e partidos políticos, para diferentes comunidades religiosas e seitas”¹ (1956, p. 168). Esta propriedade de abertura, que produz a variabilidade conceitual, é o que chama a atenção do autor. Se por um lado esta situação de disputa conceitual pode aparentar ser insolúvel, por outro a curiosidade filosófica leva ao esforço de “exorcizar” os termos, buscando retirar o conceito da corrente em que está imerso. Daí nasce a categoria dos “conceitos essencialmente contestados”, termos que formam uma categoria aberta de definição.

O autor é bastante explícito sobre seu objetivo: ele visa construir uma base racional para a discussão de conceitos complexos. Exercício bastante bem-vindo para a análise proposta nesta dissertação. Em sua publicação principal (GALLIE, 1956) ele estabelece uma série de definições e critérios para identificar conceitos essencialmente contestados:

¹ Tradução livre de “Different uses of the term “work of art ” or “ democracy ” or “ Christian doctrine” subserve different though of course not altogether unrelated functions for different schools or movements of artists and critics, for different political groups and parties, for different religious communities and sects.” (GALLIE, 1956, p. 168).

(I) Avaliação: Conceitos essencialmente contestados são palavras com valência normativa, que faz deles algo mais do que “fatos brutos”, pois podem ser avaliados com certa variabilidade, isto é, positiva ou negativamente;

(II) Complexidade Interna e (III) Descritibilidade Diversa: Dois pontos inter-relacionados, pois, exploram as características interna de certos conceitos, que faz com eles sejam complexos, densos e por isso múltiplos;

(IV) Abertura: Conceitos essencialmente contestados são vistos como abertos em significado, em outras palavras, estão sujeitos a revisão periódica em novas situações. Assim, tem maleabilidade para serem translocados de um contexto a outro;

(V) Reconhecimento Recíproco: A contestabilidade de um conceito implica o reconhecimento da crítica acerca de determinado uso do conceito. Assim, por exemplo, uma crítica à democracia ou um conceito de democracia carrega consigo a legitimidade da parte criticada;

(VI) Exemplar: Conceitos essencialmente contestados contam com o peso de um exemplar original que, por vezes, ancora o significado conceitual; e

(VII) Competição Progressiva: A disputa conceitual é o meio através do qual uma maior coerência no uso do conceito pode ser alcançada. Conforme uma disputa se acirra, os argumentos são complexificados e as definições refinadas.²

Conceitos essencialmente contestados são caracterizados por interpretações e perspectivas múltiplas, e diferentes partes podem ter visões conflitantes sobre seus significados, implicações ou importância. A natureza contestada desses conceitos muitas vezes leva a debates, discussões e, às vezes, conflitos, à medida que indivíduos ou grupos com diferentes pontos de vista se envolvem em discursos para avançar suas próprias interpretações ou agendas. Apesar dos desafios associados aos conceitos essencialmente contestados, estes são frequentemente cruciais na formação discursiva das sociedades, influenciando

² Para uma discussão mais pormenorizada da contribuição de Gallie e de suas repercussões no campo da história conceitual, ver Silva (2013).

políticas e orientando o comportamento humano por estarem profundamente enraizados em valores, crenças e processos de tomada de decisão humanos.

Este conjunto de características e critérios servirão de base avaliativa para o conceito com o qual estamos trabalhando. Patrimonialismo pode ser explorado como um conceito em disputa, tanto como seu original em Weber como entre as posições dos autores brasileiros que o utilizaram. As distinções que envolvem o uso deste conceito são de grande relevância ao expressarem o peso ideológico que cada autor dá a certos fatores. Cabe, então, discutir ideologia no tópico seguinte.

Ideologia

Michael Freeden apresenta a ideologia como a ovelha negra das ciências sociais, pois o conceito carrega um peso enorme. Este, que uma vez foi utilizado para designar o estudo das ideias, ou mesmo a ciência das ideias, tornou-se parte de um corpo de estudos maior, a política. Ideologia ganhou uma conotação negativa para o público mais geral e mesmo na teoria política. O termo indica, através de sua etimologia, um estudo altamente abstrato e distante do vocábulo comum. Por exemplo, no ambiente intelectual europeu a ideologia remonta ao tempestuoso início do século XX, ao comunismo e ao fascismo. Referindo-se à interpretação do campo da ação política em que ideias são armas, a ideologia é apresentada como portadora de um potencial devastador. Também se encontra em inúmeros livros didáticos como conjunto de sistemas de crenças políticas, invariavelmente incluindo liberalismo, conservadorismo, socialismo, fascismo e outra gama de possibilidades (FREEDEN, 2006). Entre os teóricos da política, a ideologia se tornou uma variável em meio a modas acadêmicas e metodológicas.

O conceito é mobilizado sob diversas óticas em tom amplamente negativo. Ideologia transpassa discussões sobre o papel da teoria política, as disputas entre liberalismo e comunismo e o debate das perspectivas linguística, psicológica e filosófica em que é visto como uma forma de dissimulação de massas (FREEDEN, 2006). Segundo o autor, a negação da ideologia como fonte de potência analítica perde de vista todo um universo de fenômenos extremamente significativos para o estudo da política. A ideologia constitui parte do pensamento político. Assim se compreende que as expressões do pensamento político também assumem formas

ideológicas e estas formas podem ser exploradas como uma dimensão do texto. Não são as ideologias necessariamente sobreposições conduzidas por opressores e grupos dirigentes em sociedades relutantes, como na visão da ideologia como manipulação. Ideologia é mobilizada para se referir a uma multiplicidade de fenômenos políticos, sendo mais correto se referir a ideologias no plural. Mediante a existência de uma série de ideologias possíveis, o termo ganha um potencial analítico morfológico.

O estudo das ideologias é o estudo substantivo das configurações concretas de ideias políticas importantes para e nas sociedades. E oferece um caminho para uma reconexão do pensamento político com a ciência política, uma reconciliação muito necessária da teoria política com foco em processos e estruturas políticas. Todo o processo de identificação da ideologia começa por entender as reflexões política ou filosóficas contra um vocabulário político já existente, e as tentativas (mesmo que no final das contas falhem) de impor sentidos específicos aos repositórios de significado político que são por sua natureza semântica multivalente e contestável. Assim, ideologia perpassa um complexo conjunto de decisões que envolvem a alocação de conceitos que produzem interação com o mundo. As ideologias são mapas imaginativos que reúnem fatos que podem ser contestados. Eles são produzidos e consumidos coletivamente, embora se deva destacar que isso aconteça de maneiras imprevisíveis e que sua natureza coletiva faça dos fatos propriedade pública. Sem eles, colide-se com as práticas sociais, embora, não raro, a inevitável seletividade das ideologias atue como uma faca de dois gumes. Desta forma não se pressupõe que a condição contemporânea é pós-ideológica, mas plenamente ideológica (FREEDEN, 2005).

A proposta de Freedden (2013) de entender o conceito de ideologia como recursos de análise morfológica se baseia em uma série de princípios básicos:

1. Ideologia como uma manifestação "típica" do pensamento político;
2. A ideologia emerge em todos os níveis de articulação social;
3. Os conceitos políticos devem ser entendidos como blocos fundamentais de construção do pensamento político. As ideologias como combinações particulares de conceitos políticos, cujos significados nem sempre são imediatamente transparentes, mas decifráveis por uma apreciação

sistemática da natureza da política. Desta forma, o conceito e contexto devem ser avaliados conjuntamente.

4. Em termos de microestrutura se deve atentar para os padrões de semelhanças e familiaridade das diversas combinações ideológicas. A morfologia ideológica e a arquitetura conceitual oferecem uma perspectiva interpretativa vital a partir da qual se compreende o quão significativas são configurações de pensamento político para e sobre as coletividades.
5. Ideologias são estratégias, deliberadas ou não, para administrar o pluralismo subjacente das ideias políticas em todas as sociedades.
6. A ideologia envolve-se com a linguagem política, textual, oral e simbólica, e com as formas visuais de expressão humana. O estudo das ideologias requer um olho e um ouvido para a amplitude do discurso político existente em todos os seus formatos e variedades, no passado e no presente. A análise morfológica visa reconstruir, desconstruir e interpretar o fruto normativo da produção das ideologias.
7. Ideologias são os modos reais de pensamento político, seja expressa no vernáculo, nos discursos das elites políticas ou nas linguagens acadêmicas de teóricos e filósofos políticos engajados.

Pela natureza do princípio de ideologia, e a variabilidade que a envolve, Freedman (2013) argumenta que as estruturas conceituais são compostas por conceitos nucleares, adjacentes e periféricos. As relações entre os conceitos têm grau decisivo na formulação analítica. Pois mesmo num conjunto ideológico a relação interna dos conceitos varia contextualmente. A flutuabilidade ocorre em certos conceitos mais do que em outros. Na estrutura do liberalismo, por exemplo, o conceito de liberdade é fundamental, mas pode estar relacionado ora mais com a economia e ora mais com política. Este conjunto de ferramentas nos possibilita pensar as três obras propostas em termos ideológicos a partir da avaliação das formas argumentativas que estão impressas em suas páginas.

Contextualismo Linguístico

O histórico do conjunto teórico que genericamente se denomina pensamento social e político brasileiro não é nem de longe tão longo quando comparado com a trajetória da teoria política. Atentar-se a esse fato é relevante por alguns motivos. Do ponto de vista analítico, a distância temporal tende a abafar os debates mais amplos nos quais os textos se inserem no período, gerando lacunas de significado que são, comumente, preenchidas pelo pesquisador. Neste sentido, devido à proximidade temporal, há disponível um conjunto maior de informações sobre essa produção intelectual e sua trajetória. Simultaneamente, a proximidade temporal de um debate faz com que muito do contexto linguístico daquele debate seja algo “dado”, homogeneizando períodos distintos a partir de uma falsa familiaridade (SKINNER, 2017). Tal posição é problemática, por deixar de lado uma investigação sobre as linguagens políticas em transformação pela qual a sociedade dialoga consigo mesma (SKINNER, 1999). Coordenar o passado e o presente é fundamental para que esta pesquisa seja coerente, com fundamentos filosóficos e metodológicos sedimentados para lidar com estes textos que possuem sua dimensão de “clássicos”³.

As propostas analíticas de Skinner resultam em uma abordagem contextual que considera o ambiente linguístico de produção de uma obra. Silva (2010) sintetiza em seu texto que para Skinner a alternativa tanto ao textualismo como ao contextualismo sociológico⁴ seria um retorno da tradição intencionalista da filosofia

³ A discussão sobre o grau “clássico” de um texto é relevante, por expressar uma posição interpretativa da história das ideias que o contextualismo linguístico tratou de criticar, o chamado textualismo. O textualismo, de maneira geral, pressupõe que o texto por si só consegue oferecer todas as ferramentas para sua análise e interpretação por ser parte de um todo coerente e discute questões perenes. Segundo Silva, a partir de Pocock, “esse tipo de orientação metodológica [,a busca por uma coerência interna ao texto,] impossibilitava a compreensão das conexões entre pensamento e comportamento político em dado momento histórico” (2010, p. 302), pois o pensamento do autor dito clássico seria interpretado a partir de uma leitura contemporânea, tornando o procedimento problemático.

⁴ O chamado contextualismo sociológico engloba tanto abordagens marxista quanto outras similares no campo histórico. A base de tal abordagem, segundo Silva, estaria expressa em uma confusão entre procedimentos intelectuais que ocorrem entre “a determinação causal de uma ideia e a sua compreensão propriamente dita” (2010, p. 305). Esta crítica não nega a importância do contexto social, mas não atribui a este o papel determinante em um fenômeno linguístico. “A compreensão de uma ideia enquanto ação linguística significa algo mais do que sua explicação causal” (SILVA, 2010, p. 305). De forma geral, o contextualismo sociológico reforça uma visão das ideias como “desprovidas de autonomia”, restringindo as ideias a expressões ou reflexos de uma “realidade material”

da história, buscando elaborar uma metodologia interpretativa. A ação linguística deve ser reconstituída considerando o pensamento do seu agente, e o trabalho do historiador está completo enquanto consegue relacionar um evento ao interior do acontecimento. Trata-se de um procedimento crítico de repensar ou reconstituir o pensamento do passado e os valores ali expressos.

A abordagem da Escola de Cambridge norteará o desenvolvimento deste projeto. A preocupação central é mapear elementos discursivos de um debate político mais amplo. O conceito de patrimonialismo foi tratado e empregado com objetivos e intenções por cada um daqueles autores, o que fez com que seu uso se proliferasse. O contexto se modificou e isto está expresso em seu texto. Essa ressalva é importante, pois a intenção do trabalho não é redimir ou atualizar as propostas patrimonialistas, mas entender como este debate expressa uma série de condições históricas que não podem ser negligenciadas pelas análises contemporâneas.

Pensar o conceito de patrimonialismo, em seu contexto linguístico, é pensar em “por quê?” e “para quê?” o conceito foi usado. Retornando a Skinner, textos são atos linguísticos e expressam sinais de uma continuidade ou uma ruptura na construção do conhecimento (SKINNER, 1999). Em linhas gerais, o contextualismo linguístico oferece ferramentas para lidar com nosso objeto de pesquisa coerentemente e bem sedimentada teoricamente por permitir explorar a relação entre os autores (em um contexto interpretativo) e a relação entre os escritos e o período

2. A SOCIOLOGIA POLÍTICA WEBERIANA

A primeira parada conceitual desta dissertação é para discutir e explorar o pensamento de Max Weber, ainda que não em sua totalidade. No contexto presente, Weber é influência primordial da discussão sobre patrimonialismo no Brasil. O autor, apesar de falecer jovem, legou um conjunto considerável de escritos para o campo da Sociologia, que lhe garantiram sua posição como clássico da disciplina. Contudo, o impacto cresceu de forma considerável postumamente. Alguns intérpretes, como Donald MacRae (1975), atribuem ao pensamento de Weber a metáfora de um labirinto no qual se deve progredir indiretamente para alcançar o centro. Apesar de esta dissertação ter aspirações distintas das do livro de MacRae (1975) a metáfora permanece útil. O caminho que se seguirá no decorrer deste capítulo tem por objetivo apontar o centro da discussão sobre patrimonialismo, tema que atravessa os escritos que compõem parte daquilo que é possível denominar como sociologia política weberiana, ainda que com cautela. O objetivo, neste ponto inicial, é revisar os textos que compõem a obra “Economia e Sociedade”, publicada postumamente em dois volumes. Procura-se entender alguns conceitos centrais da obra, visando, posteriormente, elucidar elementos da discussão sobre patrimonialismo no Brasil. “Economia e Sociedade” é uma obra que passou por revisões críticas, com o intuito de organizar e visitar a obra de Weber, sejam as publicadas, sejam os manuscritos. Desta forma, para prosseguir na discussão sobre “Economia e Sociedade” é preciso atentar-se a pontos importantes, acerca da dimensão editorial que levou à publicação deste texto que é tão relevante para esta dissertação.

2.1 QUESTÕES EDITORIAIS

A trajetória editorial da obra “Economia e Sociedade” (ES) de Max Weber iniciou-se um ano após a morte do autor, com o esforço de sua esposa, Marianne Weber. É com a aprovação dela que foi publicada uma compilação que se tornaria conhecida como “Economia e Sociedade”, considerada por Marianne a principal obra de seu marido. As opiniões de Marianne sobre ES permaneceram indiscutíveis até 1975, quando Friedrich Tenbruck questionou os efeitos do prefácio de Marianne

nas interpretações de Weber, buscando avaliar a tradição intelectual em torno do pensamento do autor. A partir desse momento, a edição de ES e sua compreensão se tornaram mais complexas.

A compilação das obras completas de Max Weber, intitulada Max Weber-Gesamtausgabe (MWG), iniciou-se na década de 1980 como resultado deste movimento de revisão dos escritos de Weber. Mas o eco desta discussão levou mais tempo para se disseminar. Na primeira edição, compilada por Marianne, o prefácio apresentava ES como um único livro dividido em duas partes: uma dedicada à sociologia abstrata e outra à sociologia concreta e assim permaneceu em múltiplas traduções. Mesmo a edição brasileira de 1991 continha um prefácio que ainda afirmava que ES era a obra principal de Weber, embora fosse um esboço inacabado. Em 2000, Wolfgang J. Mommsen lançou um artigo criticando a falta de reflexão tanto privada quanto pública no processo de edição de ES. A história das edições foi marcada por recortes, colagens e tentativas de preencher lacunas em uma obra cuja escrita nunca se encerrou.

Diante das críticas à edição de ES, em 1975 foi iniciado o projeto "Max Weber Gesamtausgabe" (MWG) para retomar as obras completas de Weber. Esse esforço, concluído no centenário da morte de Weber em 2020, lançou luz sobre ES como uma obra heterogênea, separada em volumes distintos. Neste quesito, as edições anteriores, de Marianne Weber e Winckelmann, devem ser lidas considerando a cronologia inversa, na qual o Volume 2 é anterior ao primeiro. Essas edições e sua organização alimentaram os estudos de sociologia ao redor do mundo por décadas.

As questões editoriais são relevantes, pois a discussão subsequente se concentra especialmente nos dois volumes de 'Economia e Sociedade'. Esses dois conjuntos teóricos foram escritos em períodos distintos da vida de Weber, e sua edição final não foi definida pelo próprio autor. A análise dos dois volumes revela diferenças importantes, e será apresentada no decorrer deste capítulo. A fundamentação dos conceitos centrais da sociologia política de Weber apresenta-se resumidamente e a luz de alguns intérpretes. Este trajeto conceitual inclui questões como poder, dominação, disciplina, dominação legal e burocrática, e se encerra no

ponto central para esta dissertação, a concepção de Estado e a dominação tradicional e patrimonial.

Essa análise é relevante por expressar que os conceitos dessa fase da escrita de Weber permanecem em disputa. As definições não se complementam de maneira coerente, a dimensão de disputa é interessante para avaliar as divergências de sentido e, posteriormente, compreender como a leitura brasileira lida ou não com estas questões. Os conceitos centrais de ES serão apresentados nesse contexto, explorando brevemente as diferenças e interpretações. É importante ressaltar que, como essa discussão é bastante recente, os autores apresentados no terceiro capítulo não realizavam suas análises a partir desta leitura, pelo menos não conscientemente. A pertinência está em como o conceito de patrimonialismo foi lido e, ainda mais importante, interpretado.

2.2 PODER, DOMINAÇÃO E DISCIPLINA

Poder, dominação e disciplina servem de ponto de partida da análise weberiana por constituírem a base das relações políticas. Em resumo, a leitura dos dois tomos que compõem o início de “Economia e Sociedade”, possibilita entender uma série de nuances entre os escritos. Primeiro, acerca do ponto de partida, o volume dois se inicia na discussão dos fenômenos jurídicos, ou seja, tem como base relações sociais cristalizadas, ou percebidas, através da esfera do direito. O volume um, no que lhe concerne, se inicia com um olhar voltado para o indivíduo, na percepção deste sobre o sentido das ações que ele realiza, além de seus objetivos e as estruturas que se fundam como consequência das ações que buscam se estabelecer no meio social. Assim, com relação a este tópico temos dois caminhos seguidos por Weber: o do Volume 2, se orienta por apontar a temática da dominação, depois da ação e seu desenvolvimento em ação social. Posteriormente aparece o poder e ao fim se retoma a dominação em suas duas formas (interesse ou autoridade), sendo desenvolvido a partir desta revisão o conceito de disciplina. O Volume 1 opera uma progressão diferente: o ponto de partida é a ação, depois as ações sociais, que constroem relações sociais, associações e por fim o poder, a partir do qual se apresenta a dominação e a disciplina.

No volume 2, nota-se que há certa predileção pelas dicotomias: Em termos ideais, os fenômenos se opõem em dois sentidos, que podem estar unidos na realidade empírica. O direito se divide em público e privado por um lado e em objetivo e subjetivo, por outro. Similarmente se apresenta a dominação, que pode ocorrer frente aos interesses ou a autoridade. No volume um, há preferência pelos tipos “médios”, ou ideais, que possuem mais variações, ainda que em escalas.

Contudo, a aproximações entre os textos parece ocorrer na discussão sobre o poder, bem exposta por Perissinoto (2008). Para o autor há duas concepções de poder, uma objetivista e outra subjetivista. A concepção subjetivista do poder segue a definição de Weber, encontrada especialmente no parágrafo 16 da primeira parte de Economia e Sociedade, em que o autor operou uma definição sintética que cabe citar: “Poder significa a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo que contra toda resistência e independentemente do fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1999, p. 33). Os termos fundamentais desta citação são: probabilidade, imposição, vontade, relação social, resistência e fundamento.

Essa relação é interessante, pois para entender o que Weber visa explorar com o termo “probabilidade” é necessário entender o “fundamento”. Um fundamento é uma base, um recurso, assim a mobilização de diferentes recursos produz espécies diferentes de poder. Conforme esta definição, o fundamento não só “viabiliza o exercício do poder como permite diferenciar “espécies de poder”” (PERISSINOTO, 2008, p. 32).

Os recursos, ou os fundamentos, por si só não são poder, mas um caminho provável para seu exercício. Por isso a probabilidade se relaciona com os fundamentos. O detentor de determinados recursos possui a possibilidade de exercício do poder sobre o outro, caso seja de sua vontade. Desta maneira, o “fundamento” é condição necessária para o exercício do poder, ainda que, por vezes, possa não ser suficiente. Na concepção de Weber, deter recursos econômicos ou políticos não é o mesmo que deter poder econômico, ou político. Nesse sentido, a relação está posta, mas o resultado não. Para que um fundamento se torne mais do que uma base provável de poder é necessário que ele seja mobilizado no interior de uma relação social. Assim, a definição weberiana de poder

é necessariamente relacional. “Somente quando utilizados em uma relação social é que os recursos são "fundamento" do poder” (PERISSINOTO, 2008, p. 32).

Os recursos são mobilizados em uma relação de poder para garantir que a vontade do portador de tais recursos prevaleça sobre a vontade daquela com quem está relacionado. Poder é, então, uma forma de afetar o comportamento do outro de uma determinada maneira, não é a única forma, mas uma forma determinada de alcançar este resultado. Imerso nesta condição, o termo “imposição” ganha força, pois aquele que exerce o poder possui a capacidade de aplicar sanções ao dominado. A imposição não é necessariamente violência física. Segundo Perissinoto, “a tese da imposição da vontade” aponta para dois pontos essenciais na definição weberiana de poder: o da intencionalidade e o do poder como cálculo estratégico” (PERISSINOTO, 2008, p. 33)

Intencionalidade se refere a relação entre um efeito produzido e a intenção do agente que o produziu. A “imposição” revela, também, o caráter estratégico das relações de poder. Segundo Perissinoto (2008), em uma relação de poder tanto o agente que exerce quanto o agente que se submete realiza cálculos que visam maximizar suas vantagens. Ambos operam com a relação de vantagens e desvantagens, mas em lados distintos da relação. Os recursos pesam nesse cálculo, garantindo tanto a possibilidade de impor quanto a possibilidade de resistir. A conjunção “mesmo que” implica que o poder pode ocorrer sem resistência, ainda que quando esta esteja presente a efetivação dependa de sua superação.

Não obstante, Perissinoto (2008) entende que a relação de poder é uma relação conflitiva. Para o autor, a ideia de conflito se faz presente quando Weber fala em “imposição da vontade”. Conflito, para ele, não é um sinônimo de resistência. A imposição da vontade de um agente sobre outro pode resultar ou não em uma resistência deste. Entende-se, desta forma, que poder é uma relação social de conflito, ainda que a resistência possa se fazer presente não como uma necessidade, mas como uma possibilidade.

Dito isto, Perissinoto coloca em questão quais evidências seriam necessárias para ser possível entender uma relação social como uma relação de poder. Segundo sua visão, poder “é sempre uma decisão” (PERISSINOTO, 2008, p.

35). Poder é a decisão sobre o caminho tomado para chegar a um evento pretendido, a decisão ocorre em detrimento do interesse de quem se submete.

“A “imposição da vontade” numa relação entre preferências manifestamente antagônicas se constitui, portanto, na evidência empírica que nos permite dizer que uma dada relação é uma relação de poder” (PERISSINOTO, 2008, p. 36).

2.3 DOMINAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA

A continuidade do desenvolvimento das teses weberianas, expostas em ES, seguem com a exploração da correlação entre dominação e administração, expondo que: “Toda dominação manifesta-se e funciona como administração” (WEBER, 1999, p. 193). A administração necessita de alguma forma de dominação, pela necessidade do poder de mando se concentrar em determinado indivíduo ou agrupamento. O poder de mando pode ter uma aparência modesta, de “servidor” dos dominados. Esta aparência é mais clara nas administrações mais diretamente democráticas. Democrático aqui é entendido, por Weber (1999), a partir de dois princípios: qualificação igual para direção dos assuntos comuns e diminuição do poder de mando. Além disso, as funções administrativas são concebidas como temporárias. Certos membros têm como tarefa a tomada de decisões, cabendo ao corpo de funcionários a preparação e a execução. Este esquema é comum tanto em associações privadas quanto em comunidades políticas. Por mais “modesto” que aparente ser, o poder de mando fica restrito a certos membros ocupantes de uma posição dominante. Assim, mesmo na administração mais democrática ocorre as situações de dominação.

A visão de Weber acerca da importância da administração, e o seu papel nas sociedades modernas se deve a sua passagem bem-sucedida pelo ambiente militar (COCHRANE, 2008). Cochrane explica que esta parte da biografia de Weber é, por vezes, pouco explorada, levando seus estudiosos a não atribuir a relevância que o contexto de redação teve sobre seus escritos. O fato é que em ambos os volumes de ES Weber discorre sobre os fenômenos administrativos a partir da moderna burocracia, que é o resultado, na esfera administrativa, do processo de racionalização moderna.

De acordo com alguns intérpretes, a representação da burocracia, na forma do tipo ideal atribuído a Weber, na verdade, é o resultado de uma edição e/ou compilação de notas do autor feita por Marianne Weber e posteriormente por Johannes Winckelman, não condizente com o que Weber havia escrito sobre a burocracia militar nos capítulos da obra ES que ele havia revisado e autorizado publicar antes de sua morte.

“A teoria da burocracia de Max Weber era uma forma abstrata que não deveria ser encontrada na realidade e baseada em um serviço público obediente e separado da política, que continha ‘escritórios’ organizados hierarquicamente com titulares que lidavam com arquivos e papéis de acordo com preceitos legais objetivos, e ao custo de uma perda de personalidade e liberdade pessoal. Essas características, que têm sido consideradas como sendo fundamentais para a burocracia, não foram a chave para o sucesso prussiano” (COCHRANE, 2008, p. 118).

Para exemplificar, os gestores, inspirados na tradição weberiana, se orientam para realização da tarefa, relacionam meios a fins com mínimo desperdício e máxima eficiência. Eles têm fortes habilidades interpessoais, habilidades verbais e habilidades qualitativas. Para esses gestores, o indivíduo é algo a ser treinado, algo para ser aliviado do conflito; atitudes dos funcionários precisam ser alteradas, ou estes precisam ser “motivados” a avançar. Para esses gerentes, seria um desastre se todo o destino de uma empresa acabasse nas mãos de alguém incapaz. Nem a organização, o gerente ou a 'engrenagem' estão preparados para tal coisa.

A divisão de Weber das três formas produz, segundo Bobbio (2000), duas dicotomias. A primeira entre poder pessoal e impessoal, em que temos de um lado a ordem tradicional e do outro a carismática. E a segunda entre poder ordinário e extraordinário, no qual o poder carismático se distingue do tradicional e do legal. Este último é interessante por ser, simultaneamente, ordinário e impessoal, diferindo do tradicional por uma característica e do segundo por duas. Já a diferença entre poder tradicional e carismático está na impessoalidade.

Atentando-se ao tipo de poder racional legal, Weber elenca que sua forma mais pura se vale de um aparato burocrático. E por vezes Weber se refere ao poder racional legal, por vezes apenas ao poder legal. Bobbio (2000) entende haver, portanto, usos distintos:

“O que pode talvez ajudar a entender o nexos entre "legalidade" do poder e a sua "racionalidade", nexos nada fácil de compreender porque, enquanto o sentido de "lei" é no texto weberiano inequívoco, o mesmo não se pode dizer de "razão", e portanto de "racional" e de "racionalidade", termos diante dos quais, na ausência de especificações, é preciso indagar se se trata de racionalidade formal ou substancial, de racionalidade segundo o objetivo ou segundo o valor.” (BOBBIO, 2000, p. 151).

Segundo Bobbio (2000), Weber oferece duas dicotomias para lidar com esta problemática, a primeira é formal-informal e a segunda racional-irracional.

2.4 CONCEPÇÃO DE ESTADO

A forma como Weber aborda o Estado e o modo como ele o construiu conceitualmente fez deste um dos temas mais estudados de sua obra. As questões editoriais, discutidas anteriormente, sugerem que este tema seja tratado com cautela. A tarefa de reconstruir o conceito de Estado no pensamento de Weber demanda seguir os passos do autor e recriar as redes conceituais que ele mobilizou para sua sociologia da dominação. Apesar da reconstrução do “método de exposição” não dar conta de todas as questões, ES não deve ser tratada como uma obra terminada e a intenção de Weber também não está claramente exposta ali. Outro ponto que traz discordância entre os editores e intérpretes é a defesa apaixonada de Weber por uma ciência livre. Ciência e política não são esferas antagônicas, tampouco separadas. Weber tinha uma atividade política que era intensa, não separando plenamente atividades e ideias, como expõem alguns intérpretes. Cabe ressaltar este ponto, pois uma separação ingênua entre ciência e política pode levar a uma valorização unilateral, elevando o trabalho científico do sociólogo e rebaixando sua atividade política.

A definição de Weber de Estado como “monopólio da força legítima” tornou-se uma formulação clássica no seio das concepções realistas da política. Essa definição aparece com frequência, e pouca variação, nos escritos tardios do autor. Weber apontou, como ponto de partida, a definição de Trotsky: “Todo Estado está fundado na força”. Assim, sem a força como meio, o conceito de Estado perderia robustez e no seu lugar estaria o que alguns denominam “anarquia”. O monopólio da força é a condição necessária para a existência do Estado moderno. O Estado pode

abdicar do poder ideológico, como ocorreu no processo de separação entre Estado e Igreja; pode prescindir do poder econômico como foi característico da formação do Estado liberal, mas não pode renunciar ao monopólio legítimo da força sem perder sua característica de Estado. Especificamente, uma desmonopolização caracterizaria um retorno ao Estado de natureza hobbesiano, segundo avalia Bobbio (2000).

No contexto interpretativo, a reprodução da definição nos dois textos justificaria aquela como a concepção derradeira. A sociologia política weberiana é uma sociologia da dominação, e as noções de força e violência não esgotam nem o conceito de dominação tampouco o de Estado. Conforme ressalta Bianchi na letra de Weber:

“Para outros fins e conhecimento (por exemplo jurídicos) ou de finalidades práticas, por outro lado, pode ser conveniente e mesmo inevitável tratar de determinadas formações sociais (“Estado”, “cooperativa”, “sociedade por ações”, “fundação”) como se fossem indivíduos (por exemplo como detentores de direitos e deveres ou como agentes em ações juridicamente relevantes). Para a interpretação compreensível das ações pela Sociologia, ao contrário, essas formações nada mais são do que desenvolvimentos e concatenações e ações específicas de pessoas individuais, pois só estas são portadoras compreensíveis para nós de ações orientadas por um sentido” (WEBER, 1999, v. 1, p. 9 apud BIANCHI, 2014, p. 85).

Conforme esta citação, a noção de Estado é entendida como uma forma social não individualizável. O Estado não é considerado um ente, mas o resultado de um conjunto de ações de indivíduos. Bianchi (2014) ressalta que o trecho citado destoa de outras concepções presentes na mesma obra. O individualismo metodológico aqui presente contradiz as análises estrutural-formal de outros capítulos. Fato que ganha destaque, pois, os níveis de abstração da exposição se tornam evidentes: nos trechos mais abstratos o Estado é o conjunto de ações e nos mais concretos é uma instituição não redutível a isso.

Avaliações como a anterior e a conhecida trajetória da obra levam alguns intérpretes a entender que as duas partes de “Economia e Sociedade” são muito menos orgânicas e unitárias do que se pressupunha. A proposta de uma parte mais abstrata e uma mais concreta gera comparações difíceis e até mesmo problemáticas. Os conceitos de poder e dominação, explorados anteriormente, são fundamentais na forma como Weber reconstrói o Estado moderno. Refere-se à

reconstrução, pois o objetivo é entender os constructos reais que denominamos Estado. Para isto há um olhar para as associações políticas.

Weber denomina associação política as associações de dominação “quando e na medida em que sua subsistência e a vigência de suas ordens, dentro de determinado território geográfico, estejam garantidas de modo contínuo mediante a ameaça e a aplicação de coação física por parte do quadro administrativo” (WEBER, 1999, v. 1, p. 34 apud BIANCHI, 2014, p. 89).

As associações políticas possuem uma definição, em parte, espacial na qual as fronteiras podem ser mutáveis, mas é necessário estabelecê-las. Isto é, as associações são responsáveis por um determinado território e a capacidade do uso da força deve ser constante, não eventual. Ou seja, a força coercitiva está permanentemente organizada. As associações existem enquanto instituem regulação das atividades humanas, não havendo limites de atividades passíveis de regulação.

É a partir do conceito de associação política que Weber apresenta a concepção de Estado. Bianchi (2014) reforça que a ideia de Estado como associação é algo que estava presente na literatura corrente da época. Entender o Estado como uma forma de associação política levou Weber a elaborar um conceito “mais preciso” nos capítulos mais tardios, em que seus conceitos sociológicos fundamentais estavam expostos. Dos quais, pode-se destacar:

“Uma empresa com caráter de instituição política denominamos Estado quando e enquanto seu quadro administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes” (WEBER, 1994, v. 1, p. 34)”.

Essa mudança conceitual é relevante, pois a ideia de Estado como comunidade política, presente no segundo volume de “Economia e Sociedade”, é substituída por Estado como uma associação política. A mudança parece ter o objetivo de tornar mais “preciso” o conceito, desta forma comunidade e associação não são formas opostas, associação é uma forma de comunidade humana. O conceito denominado mais preciso por Bianchi (2014) antecede três variações: caráter institucional da empresa estatal; monopólio legítimo da coação física como

exercício do quadro administrativo; realização da ordem vigente como finalidade do Estado.

Observando os conceitos utilizados ressalta-se o papel que têm “empresa” e “instituição” na construção da explicação. Empresa no contexto weberiano é entendido como “uma ação contínua que persegue determinados fins” (Weber, 1994, v. 1, p. 32)”, empresa, por definição, ressalta o caráter duradouro e dinâmico “de um poder de comando contínuo que é aplicado em uma esfera determinada de atividades com vistas à realização de uma ordem vigente” (BIANCHI, 2014, p. 92). A ideia de Estado como empresa aproxima atividade política e a atividade econômica. Essa analogia permite fundamentar a definição de Estado racional, aquele nos quais o quadro administrativo se organiza burocraticamente.

Neste sentido, o argumento de fundo é de que a empresa estatal racional e a empresa econômica racional nascem em um mesmo ambiente, o Ocidente. E por essa relação apresentam elementos comuns que os vinculam de maneira significativa. “Segundo o sociólogo, o empreendimento capitalista necessitava, para prosperar, que o Estado repousasse sobre um funcionalismo especializado e um direito racional, que não tiveram lugar no Oriente” (BIANCHI, 2014, p. 95). Assim, a tendência da economia de progredir para formas racionais de empresa foi acompanhada do progresso político no sentido de uma empresa estatal racional.

A leitura de Bianchi (2014) sobre este paralelismo o leva a avaliar que a questão fundamental do Estado, para Weber, em ES, diz respeito à separação dos trabalhadores/funcionários dos meios de produção/administração. Da mesma forma que as modernas empresas capitalistas pressupõem a separação entre trabalhadores e meios de produção, o Estado moderno divide quadro administrativo (recursos humanos) e meios administrativos (dinheiro, estrutura física e materiais), fator que contribui para uma administração impessoal da ordem pública.

A associação política moderna se difere da associação política estatal na medida em que, no segundo caso, os meios materiais de administração estariam concentrados total ou parcialmente e a disposição do quadro administrativo. O uso dos meios materiais de administração impossibilitaria uma administração racional e impessoal. Essa situação cria uma dependência hierárquica do trabalhador para

com o detentor dos meios, devido ao fato dos meios de ganho da empresa e a sua possibilidade de subsistência estarem concentrados nas mãos do mandatário político e do empresário. A separação clara destes elementos garantiria o caráter moderno e racional do Estado.

Estamental, neste sentido, é o nome dado a esta condição de concentração dos meios nas mãos do quadro administrativo, e é característico de formas pré-modernas de Estado. O Estado moderno necessitou expropriar os detentores originais dos meios de administração. A transição de arrecadação de encargos e tributos para impostos contribuiu para o desenvolvimento de uma administração mais racional que podia prever, organizar e gerir a receita. Este processo só poderia ter continuidade através da expropriação de arrendatários e separação da esfera privada dos funcionários públicos. Segundo Bianchi (2014), trata-se de um processo semelhante ao que ocorreu com a formação dos exércitos modernos. Sem a separação de público e privado, o Estado não poderia concentrar recursos suficientes para exercer o monopólio legítimo da coação física e por consequência sem esse monopólio legítimo não poderia se falar em Estado no sentido moderno.

Weber entende que no moderno Estado a burocracia governa, pois o poder é exercido pela rotina da administração. A definição presente no primeiro volume de “Economia e Sociedade”, ainda que sintética, indica isso: “O progresso em direção ao funcionalismo burocrático (formalismo de emprego, salário, pensão, promoção, treinamento especializado, divisão funcional do trabalho, áreas bem definidas de jurisdição, processos de documentação e estrutura hierárquica) era concebido como padrão de modernização do Estado” (BIANCHI, 2014, p. 97). Estado racional (capitalista) e as empresas capitalistas eram vistas como formas homólogas. “A eficácia do Estado-empresa era uma condição necessária para a manutenção da ordem social, do mesmo modo que a eficácia da fábrica-empresa era uma condição para uma gestão econômica bem-sucedida” (BIANCHI, 2014, p. 98)

Violência tem lugar no Estado moderno através da conformidade com a lei, sendo esta sua fonte de legitimidade. Todas as formas de dominação se manifestam e funcionam como administração. Assim, “a dominação estatal encontraria sua expressão em um aparelho institucional e em um quadro administrativo que definissem seu alcance e seus limites” (BIANCHI, 2014, p. 99). Legitimidade implica

a aceitação de uma ordem de dominação, essa definição não é normativa, tampouco se baseia em padrões morais ou éticos, é justamente a disposição subjetiva dos sujeitos que define a legitimidade de um sistema de dominação.

O monopólio da força é condição necessária, ainda que por vezes não suficiente, para a existência do grupo de poder denominado Estado. Esta força deve, conforme Weber, ser legítima, pois somente uma força legítima pode perdurar. A legitimidade ocupa o lugar de destaque pela sua relação com tema clássico que é a fundamentação do poder. Em Weber esta discussão leva ao desenvolvimento das tipologias de forma de governo construída a partir de tipos históricos distintos de legitimação. Essa proposta é em si inovadora, pois atenta para os fundamentos do poder em termos diferentes daquela proposta por Aristóteles e que chegou quase invariável ao ocidente moderno (BOBBIO, 2000, p. 142).

Weber pretendia colocar-se em uma posição que lhe permitisse afirmar as consequências de certas formas políticas sem ter que recorrer a um conceito normativo de legitimidade. As formas de dominação se baseiam na crença em sua legitimidade. Quando discute a dominação legal, Weber avalia a fonte dessa dominação, que no Estado moderno é a lei.

A concepção weberiana de Estado é, desta forma, realista, pois em sentido amplo é de base sociológica e histórica mais do que jurídica. Assim, o poder político como capacidade de atingir os próprios fins que recorre ao monopólio do uso da força como forma de defesa de territórios é uma justificativa histórica da análise do poder. A posição realista desponta ao fim do século XIX com a falência dos ideais revolucionários. E Weber segue esta linha, segundo Bobbio (2000), concebendo as relações de poder como relações de força.

Bobbio (2000) tece um longo comentário sobre Hobbes ao falar de Weber e isto não à toa. Apesar de Weber não se referir a Hobbes, sua definição pertence à mesma tradição do grande filósofo inglês. Pois em Hobbes o Estado existe quando uma pessoa (física ou jurídica) tem o direito ou exerce legitimamente o poder. Desta forma, Bobbio (2000) aproxima Weber de Hobbes em sua concepção de Estado, no qual o monopólio da força legítima está posto não como fim, mas como meio.

A questão das fontes, em autores que apresentam poucas citações, como Weber, apresenta-se como um desafio complexo. De acordo com Bobbio (2000), a partir de Winckelmann, se propõe que a distinção dos três tipos de legitimação do poder, explorada por Weber, tem suas raízes em Pascal. Os três tipos de legitimação são, em última instância, derivados de três formas distintas de ação social, e ao focar a ação, Weber enfatiza a importância das relações entre autoridade e ordem.

2.5 DOMINAÇÃO CARISMÁTICA

A dominação carismática possui dois aspectos que definem seu conteúdo: o princípio de legitimidade e o princípio organizacional. Sell (2018) argumenta a partir de Weber que o princípio de legitimidade na dominação carismática baseia-se na devoção a uma pessoa com características santas, heroicas ou exemplares e às ordens por ela reveladas ou criadas. Os indivíduos obedecem ao líder carismático devido à sua confiança na revelação, heroísmo ou por sua excepcionalidade. Entretanto, a crença por si só é incapaz de fundar uma ordem política, pois precisa estar socialmente estruturada.

“Esse aspecto será aprofundado por Weber no parágrafo §10 do capítulo sobre a dominação, no qual ele enumera seis características que compõem a dominação carismática: 1) um indivíduo com qualidades específicas reconhecidas por seus adeptos por meio de provas; 2) o dever de reconhecer suas pretensões de legitimidade (autoridade carismática); 3) necessidade de comprovação; 4) organização social de caráter comunitário-emocional; 5) alheamento de preocupações econômicas; 6) caráter revolucionário” (SELL, 2018, p. 5).

Assim, é este conjunto que constrói as bases do carisma como forma de dominação, que, por sua vez, pode ser entendida a partir do ponto de vista social e do ponto de vista político. A abordagem de Weber a respeito do carisma é complexa e envolve diferentes níveis de análise, abrangendo desde as interações individuais até as estruturas sociais mais amplas. Essa abordagem inclui tanto o plano micro, relacionado aos aspectos das relações sociais, quanto o plano meso, que se concentra na organização social, e o plano macro, que contempla as estruturas sociais, em geral.

Ressalta-se, a partir de Sell (2018), que o carisma, no entendimento weberiano, é caracterizado com um tipo ideal. Desta forma, o conceito não se revela plenamente na realidade. Weber, ainda, utiliza o termo, de forma composta, em diversos pontos como “carisma puro”, ou “carisma genuíno”.

Enquanto tipo ideal, as estruturas de dominação carismática não são limitadas a fases primitivas de desenvolvimento, nem podem ser colocadas em uma linha evolutiva simples. Ao invés disso, esta categoria aparece combinada com outras formas de dominação. No entanto, com o desenvolvimento das formações institucionais permanentes, o carisma tende a recuar. Em seus primórdios, toda ação social fora da área de satisfação de necessidades em uma economia doméstica possui uma estrutura carismática. Weber (1994) indica que o homem primitivo observa a atuação de poderes específicos em sua vida e todo o conceito cultural dos povos primitivos é baseado nesta crença.

As associações de dominação oriundas do carisma são relação comunitária e de caráter emocional. O quadro administrativo não é profissional ou segundo critérios pessoais, mas derivado da qualidade carismática. O profeta tem os discípulos assim como o príncipe tem “os homens de confiança”. Não há hierarquia, apenas intervenções do líder em determinadas situações, tampouco salário. Existem poucos ou nenhum regulamento, ou jurisdição, mas revelações e juízos de Deus. O líder genuíno traz consigo mudanças, a dominação carismática é extracotidiana e, por esse motivo, não é condizente com burocracia ou com a tradição. A dominação carismática é “especificamente revolucionária” (WEBER, 1994, p. 160). O carisma puro é indiferente à economia e, idealmente, condena e aproveita-se dos rendimentos alheios.

Ao analisar os meios de institucionalização do carisma, Sell (2018) afirma que o ponto central não é “por que” o carisma se transforma, mas “como” essa transformação ocorre.

“o primeiro problema fundamental com que se vê confrontada a dominação carismática que pretende transformar-se numa instituição perene é também precisamente a questão do sucessor do profeta, herói, mestre ou chefe de partido. Exatamente neste ponto situa-se, inevitavelmente, a entrada no caminho do estatuto e da tradição” (WEBER, 1999, p. 333).

A partir do texto de Weber e de alguns de seus intérpretes, Sell (2018) argumenta que a dominação carismática passa por uma transformação, que pode seguir duas modalidades. A primeira modalidade, evolutiva, é quando a dominação carismática é modificada, tornando-se tradicional ou racional (legal). A segunda modalidade de transformação é quando o carisma é objetivado e seu caráter é firmemente vinculado a uma pessoa concreta. Em ambas as modalidades, a dominação carismática é afetada e seus elementos são modificados. No entanto, em um caso, o carisma é tradicionalizado ou racionalizado, enquanto, no outro caso, ele é objetivado.

Este duplo processo resulta em condições distintas, a “rotinização” é a transformação do extraordinário para o cotidiano e ordinário. Por sua vez, a “objetivação” significa a despersonalização do carisma, deixando de ser subjetivo para se tornar objetivo. A questão da transformação do carisma, em Weber, é complexa e divide os especialistas. Alguns argumentam que Weber apresentou duas concepções opostas ao longo de sua carreira, sendo que o conceito de "objetivação" foi perdendo importância e a rotinização do carisma é que explica sua tradicionalização ou legalização. Outros alegam que o eixo central do modelo transformacional de Weber é a rotinização do carisma, que pode ocorrer pela tradição-legalização ou pela objetivação. Segundo Sell (2018), Schluchter apresenta ainda uma terceira modalidade, na qual mudanças no carisma puro afetam elementos constitutivos individuais, permitindo analisar mudanças separadamente.

“Apesar dessas indeterminações, o importante é não perder de vista as conclusões sociológicas que daí derivam e que apontam para três modalidades de relação entre carisma e estrutura social. O carisma pode: 1) assumir formas episódicas e anti-institucionais; 2) permear, de forma diluída e agregada, instituições e comportamentos da vida cotidiana; 3) engendrar instituições e organizações de tipo carismático” (SELL, 2018, p. 5).

O autor demonstra que o conceito weberiano de carisma possui uma dualidade intrínseca a suas raízes teológicas, que podem ser tanto uma revelação divina (mudança) quanto o fundamento das instituições religiosas (ordem). No plano sociológico, o carisma tem sempre um duplo aspecto: pode ser encontrado em Estado puro ou pode ser estruturado institucionalmente. No âmbito político, o carisma puro tem um potencial crítico-corrosivo, enquanto o carisma institucionalizado é um mecanismo de legitimação do poder. O carisma é, portanto,

ambivalente e pode ser tanto uma potência instituída quanto uma potência subversiva. Em suas análises, Weber mostrou que o núcleo da democracia moderna reside no fenômeno do carisma e o carisma pode ter um caráter revolucionário ou plebiscitário e democrático. O modelo explicativo de Weber é coerente e explora ricamente o caráter ambivalente do carisma, o qual é mais do que uma teoria do extraordinário. O carisma é epifânico, um rosto de muitas faces.

2.6 DOMINAÇÃO TRADICIONAL E PATRIMONIALISMO

Os conceitos de patrimonialismo e dominação patrimonial não são invenções de Weber. Estes eram termos correntes da política alemã do século XIX, presente tanto na teoria política quanto nos textos políticos do período.

“O uso que M. Weber faz do termo de patrimonialismo e seus derivados reflete, num primeiro momento, a ideia dos teóricos da política e historiadores do direito do século XIX, que instituem uma relação genética entre o patriarcalismo e o patrimonialismo. Nesse sentido, a dominação patrimonial é uma descentralização da comunidade da oikos. Foi a importante obra de Georg von Below, *Der Deutsche Staat des Mittelalters*, cuja primeira publicação se deu em 1914, que levou M. Weber a introduzir a distinção entre patriarcalismo e patrimonialismo, isto é, entre o nível da “casa” e o do grupo político” (BRUHNS, 2012, p. 65).

Antes de 1910, o uso de patrimonialismo nos escritos de Weber era muito menos numeroso. Aparecendo em alguns textos de discussões jurídicas, um exemplo é a discussão sobre os direitos patrimoniais senhoris que se diferenciavam do Rei Burocrático.

Observando as partes da obra, no volume 1 “Categorias da sociologia” (*Soziologische Kategorienlehre*), datado dos anos 1919 – 1920, ocorre uma divisão em capítulos: (1) Os conceitos fundamentais da sociologia, (2) As categorias fundamentais do econômico, (3) Os tipos de dominação. No seu planejamento para o conjunto da obra, Weber explorou seus textos mais tardios. Estes possuem um caráter sistemático, diferente daqueles redigidos antes da guerra, marcados fortemente pela sociologia histórica.

“Hoje já dispomos de uma apresentação mais completa das diferentes versões e estágios de redação de *Herrschaftssoziologie* graças ao trabalho

recente de Edith Hanke (2001). Nesse trabalho, é feita uma distinção entre oito estratos cronológicos nos manuscritos de Economia e Sociedade. Todavia, aqui nos contentaremos com a indicação das principais diferenças entre os dois principais estratos cronológicos dos manuscritos” (BRUHNS, 2012, p. 66).

Na versão mais antiga do texto, patrimonialismo e patriarcalismo tem uma relação genética, que liga os dois fenômenos, patrimonialismo foi entendido como uma forma de poder doméstico, ligada à dominação tradicional (SELL, 2017). Na versão posterior o argumento neste sentido desaparece. “Ele opera uma distinção clara entre (i) o patriarcalismo primário, princípio estrutural relacionado ao lar (Hausverband ou oikos) e (ii) o patrimonialismo enquanto forma de dominação política.” (BRUHNS, 2012, p. 66). O intérprete também argumenta que a questão norteadora de cada volume é diferente. Na parte mais antiga do texto a questão principal é: como funciona a dominação? No que lhe concerne, na parte mais recente a pergunta é: como a dominação almeja tornar-se legítima? Estes questionamentos apresentam um grau estruturante, mesmo que o próprio Weber não os delimite em seus processos de categorização e construção de tipologia.

Bruhns (2012) explica que o essencial da “Sociologia da Dominação” (Volume 2 de Economia e Sociedade), foi escrito entre 1911 e 1914. Este texto está dividido em oito seções, que exploram desde as formas estruturais de dominação até a sociologia do Estado. “Na edição crítica das obras de Weber, (...) essa disposição é abandonada e o volume intitulado Dominação não incluirá nem o texto sobre ‘A Cidade’ (já publicado separadamente) nem ‘A sociologia do Estado’” (BRUHNS, 2012, p. 66). Especificamente, a seção que trata da “Dominação Patriarcal e Patrimonial”, explora estes dois princípios estruturais pré-burocráticos. A dominação patrimonial é relacionada ao *Oikos*, e se constitui como um caso decorrente do patriarcalismo.

“Weber a define como “o poder do chefe do lar, descentralizado por meio da atribuição de terras e eventualmente de instrumentos e equipamentos, aos filhos da casa ou a outras pessoas dependentes que pertencem ao lar”, e em seguida sublinha que “as relações patrimoniais de dominação tiveram enorme influência como fundamento de entidades políticas (Egito, China)”. Acrescenta ainda que falamos de uma entidade “patrimonial-estatal quando o príncipe organiza seu poder político — e logo sua dominação não-dominial baseada na utilização da coerção física sobre os dominados — sobre territórios e pessoas extrapatrimoniais: os sujeitos políticos, a princípio da mesma maneira que ele organiza o exercício de seu poder patriarcal (Hausgewalt)” (BRUHNS, 2012, p. 67).

Posteriormente o texto explora, historicamente, o surgimento e desenvolvimento dos funcionários e oficiais patrimoniais. Estes são qualitativamente diferentes dos funcionários burocráticos. Weber demonstra especial interesse pelas primeiras formas de administração patrimonial-burocrática, especialmente nas formas do patrimonialismo exploradas por diversos ângulos, inquirindo variáveis tipológicas, por exemplo, a diferença entre feudalismo e patrimonialismo puro.

“O feudalismo é considerado como um caso limite de patrimonialismo, devido a uma tendência a estereotipar e fixar-se nas relações entre suseranos e vassalos. O autor enxerga a passagem do patrimonialismo feudal à burocracia do seguinte modo: a transição do ofício (Amt) patrimonial para a função burocrática é fluida (flüssig), pois ela implica, em geral, em formas de administração ocasional (Gelegenheitsverwaltung) e em favoritismo (Günstlingswesen), aos quais o patrimonialismo oferece “pelo seu princípio estrutural” um “local específico de desenvolvimento” (BRUHNS, 2012, p. 67).

Esta discussão acarreta outra, acerca das relações entre patrimonialismo e economia e patrimonialismo e gestão da vida. Nesta discussão, patrimonialismo e feudalismo promovem condições sociais e políticas diferentes.

No ensaio “A cidade”, no qual Weber explora a relação entre burocracia e burocratismo patrimonial, ele explora os fenômenos administrativos, evocando a natureza dos Estados continentais modernos. Bruhns (2012) explica que o patrimonialismo, o Estado Patrimonial e a Burocracia Patrimonial, ganham espaço de mais destaque em *Confucionismo e Taoísmo*, textos redigidos inicialmente no mesmo período do Vol. 2 de Economia e Sociedade. Apesar de não oferecer de forma elaborada uma definição de patrimonialismo, Weber expõe “contentando-se com a seguinte qualificação: “...uma estrutura que determina fundamentalmente o espírito do confucionismo”” (BRUHNS, 2012, p. 67 – 68).

Bruhns (2012) analisa, a partir do texto de Weber, que a burocracia patrimonialista em um cenário econômico tende a produzir um capitalismo predatório da política interior.

“Já indicamos acima que a questão norteadora da sociologia da dominação é o funcionamento da dominação. Paralelamente, M. Weber refletiu sobre os fundamentos de diferentes formas de dominação, que o levou à elaboração de sua famosa teoria dos três tipos puros de dominação legítima.” (BRUHNS, 2012, p. 68).

A discussão levantada por Weber (1994) no Cap. III, em que se dedica a questão da dominação, não está necessariamente estruturada nos três tipos de legitimidade. A legitimidade, ainda que tenha uma função complementar, é decisiva para entender as formas de dominação.

“É assim que o termo “dominação racional” desaparece do título do capítulo correspondente, cujo título passa a ser “A dominação legal com direção administrativa burocrática” (Die legale Herrschaft mit bürokratischem Verwaltungsstab). Em seguida, o autor aborda – aparentemente – no mesmo plano da dominação tradicional ou carismática, o feudalismo, a colegialidade e a separação de poderes, os partidos políticos, a representação e outros fenômenos” (BRUHNS, 2012, p. 69).

Bruhns (2012) explica que no primeiro volume de “Economia e Sociedade”, e em outros textos também, Weber apresenta seus tipos ideais para torná-los operacionais. A própria dominação tradicional é explicitada a partir de uma distinção entre ordens sem administração e ordens tradicionais com administração. Desse modo, a dominação tradicional divide-se em subgrupos. A primeira divisão ocorre entre a gerontocracia e o patriarcalismo primário. “A segunda pode repousar sobre um recrutamento tradicional, isto é, patrimonial (Weber enumera seis subtipos diferentes: membros da parentela, escravos, servos, funcionários domésticos e, em particular, “ministeriais”, clientes, colonos e franqueados), ou um recrutamento extrapatrimonial” (BRUHNS, 2012, p. 69).

Weber identifica o recrutamento nestes casos, mas reforça a ligação entre patrimonialismo e burocracia. A administração em uma condição de dominação tradicional tende ao patrimonialismo, e em caso extremo ao sultanismo. A dominação patrimonial é uma forma de dominação orientada pela tradição, mas com direito pessoal absoluto por parte do senhor, na qual a esfera do arbítrio é um diferencial. Por outro lado, a presença de uma administração separa o patrimonialismo do patriarcalismo primário.

O impacto econômico do patrimonialismo se baseia na fonte de renda dos que exercem dominação. Além da intervenção possibilitada pela natureza da intervenção. Estes entraves são responsáveis por atrasar a economia racional. Outros fatores, como a falta de especialização, o alto grau de arbítrio e o favoritismo pessoal, servem de barreira para a racionalização necessária para o desenvolvimento das modernas ordens administrativas. Nota-se que a natureza da

legitimidade resulta nas fontes de regulação da economia, devido a uma orientação material e não formal. Assim, o patrimonialismo torna-se compatível com a ordem capitalista comercial, mas não com uma ordem capitalista empresarial.

“Nessa versão posterior da sociologia da dominação, Weber, portanto, distingue claramente, colocando de um lado o patriarcalismo primário como princípio estruturante da oikos, e, do outro, o patrimonialismo enquanto forma de dominação política na qual “[...] os direitos senhoriais e as oportunidades que os acompanham [...] são tratados a princípio à maneira de oportunidades privadas”. Quanto às diferenciações internas desse tipo de dominação, são mínimas as modificações em comparação à versão mais antiga” (BRUHNS, 2012, p. 70).

Avaliando a lógica das tipologias weberianas, torna-se explícito que a realidade histórica é uma mescla de tipos “puros” de dominação. Assim, o Estado patrimonial “puro” nunca existiu historicamente, mas apenas em âmbito conceitual⁵. É neste ponto que a discussão feita por Sell (2017) contribui para a avaliação significativamente, pois ao explorar o patrimonialismo como um sub-tipo-ideal ele decompõe o fenômeno em dimensões de análise. Há, por um lado, um eixo de legitimidade baseado no peso da tradição e, por outro lado, o eixo organizacional em que se considera o grau de apropriação dos meios de gestão. Assim, Sell (2017) atenta, em sua análise, para a bidimensionalidade do conceito de patrimonialismo. O conceito se organiza em variações do ponto de vista simbólico e do ponto de vista estrutural.

Sell (2017) ressalta que não se pode estudar o patrimonialismo, em Weber, sem retomar a função histórico-analítica do conceito na teoria do autor. A partir de uma percepção da realidade como complexa e contraditória, o pensamento de Weber implica na formulação de uma série de subtipos de patrimonialismo.

Na versão antiga o conceito, explorado no Volume 2 de ES, patrimonialismo não podia ser separado do feudalismo. Para Sell (2017), Weber dividiu em quatro subtipos as formas como o príncipe lida com o quadro administrativo, o exército, os

⁵ Dessa forma, a questão que surge é se essas tipologias conseguem analisar não apenas os casos a partir dos quais os conceitos foram construídos, mas casos inéditos resultantes da história contemporânea. “Do ponto de vista pragmático, podemos, portanto, interrogar se a lista de sub-tipos da dominação tradicional elaborada por Weber (que inclui, entre outros: patriarcalismo, patrimonialismo, sultanismo) deveria ser complementada por outros sub-tipos tendo como base novos dados e configurações empíricas” (BRUHNS, 2012, p. 71)

senhores de terra, etc. Divisão que apresenta “um *continuum* que vai da centralização à descentralização” (SELL, 2017, p. 327). O Egito antigo seria um caso de centralização absoluta, caso similar ocorre na China e casos opostos podem vistos na Rússia czarista e na Inglaterra.

O feudalismo aparece, em relação ao patrimonialismo, como um modelo contrário, mais limitado e estável. “Por esse contraste, enquanto o patrimonialismo se caracteriza por relações de dependência, o vínculo feudal é caracterizado através de “relações contratuais livres”” (SELL, 2017, p. 328). No feudalismo se encontra a origem do “Estado estamental” que imperou na Europa medieval. Na versão antiga há um vínculo entre patrimonialismo e feudalismo. Fazendo da teoria de Weber uma teoria fortemente dualista, ao menos nesse período.

O conceito de patrimonialismo se modifica no pós-guerra, passando por uma correção conceitual. Para além dessa mudança, o laço que havia entre patrimonialismo e feudalismo é também cortado. Na concepção mais recente, o feudalismo se desvincula do patrimonialismo e do “carismatismo puro”. Segundo Sell (2017), essa mudança faz com que ocorra um duplo movimento, enquanto no campo teórico as distinções se acentuam, no nível empírico elas diminuem. Há no Weber pós-guerra um deslocamento das “descrições histórico-culturais concretas”, deslocando-se de “Economia e Sociedade” para os “Ensaio Reunidos”, em que se destaca a racionalização da vida na China e na Índia em comparação com a vida moderna-ocidental.

Por sua vez, tratando do hinduísmo e do budismo, a reflexão sobre o patrimonialismo é análoga à estrutura de castas e ao grupo do poder. Essa realidade é distante da de “Confucionismo e Taoísmo”, escrito no qual o patrimonialismo tem destaque. Segundo Sell (2017), para Weber, a estrutura patrimonial chinesa se divide em dois movimentos. O primeiro, histórico, opera sobre a transição do feudalismo chinês para o Estado patrimonial-burocrático. No segundo, foco é a estrutura de organização política, divisões centrais e locais, distribuição de competências e impostos.

O patrimonialismo é apresentado por Sell (2017) como um sub-tipo do modo de dominação tradicional. O conceito tem um papel fundamental na sociologia

política de Weber. Destaca-se a cisão entre as propostas de Weber no pré e no pós-guerra. Enquanto o primeiro modelo opera sob uma lógica histórico-linear, o segundo aparece no âmbito institucional-organizacional. Tal mudança altera também o olhar analítico. As diferenças entre as duas posições, possibilitam avaliar e referendar os textos brasileiros que mobilizam este conceito.

2.7 WEBER NO BRASIL

A obra de Max Weber apresenta uma importância no âmbito desta dissertação dada a sua influência na construção dos textos que serão discutidos nos próximos capítulos. Tais textos se fundamentam na obra de Max Weber para analisar o cenário brasileiro. Perante este fato cabe ressaltar que a entrada de Weber na sociologia brasileira não se deu sem problemas ou disputas. Ao longo de 1940 as ideias de Weber foram apropriadas para pesquisas dos especialistas brasileiros. Nessa apropriação, os pressupostos weberianos dos tipos ideais foram recusados em favor de um caráter classificatório mais generalista. Outro ponto deixado à deriva foi a discussão de Weber sobre o sentido das ciências sociais. Vianna (1999) afirma contundentemente que o nível de maturidade de uma universidade periférica, como as do Brasil, se mede pelo trato com os clássicos, com a capacidade de se apropriar deles. Esse processo faz com que o clássico renasça a partir de perguntas e inquietações próprias. Esse tópico se dedica a explorar as leituras latino-americanas de Weber, em especial as leituras brasileiras.

A ampla quantidade de citações faz com que os clássicos passem por disputas interpretativas, controvérsia baseada nas leituras parciais das teorias. O que ocorre com Max Weber não é diferente. O “nosso” Max Weber foi mobilizado a partir da categoria “atraso” na sociedade brasileira. Irradiado em uma sociologia da modernização, é a partir de Weber, e do diagnóstico de atraso, que se propõe uma ruptura como necessária para que o Brasil se torne moderno. “Assim é que o “nosso” Weber incide bem menos na inquirição das patologias da modernidade do que nas formas patológicas de acesso ao moderno” (VIANNA, 1999, p. 34).

Boas (2014) propõe questionamentos acerca do uso de Weber após a institucionalização da sociologia no Brasil. Alguns autores partiram de obras “paradigmáticas” do pensamento social brasileiro para entender Weber, partindo de livros como “Raízes do Brasil”, “Os Donos do Poder” e “Bandeirantes e Pioneiros”. Posto isso, Boas (2014) se propõe a seguir um caminho distinto, que interessa para o desenvolvimento desta dissertação. A autora aponta: “focalizo alguns problemas da recepção de Weber no processo de reconhecimento da sociologia enquanto disciplina acadêmica no Brasil, momento em que se define sua identidade cognitiva, social e histórica” (BOAS, 2014, p. 6). A obra de Weber tem uma trajetória que é singular e complexa. Weber é um exemplo de autor que após sua morte começou a ter uma repercussão maior sobre suas teorias.

“Ao chamar a atenção para a história singular da recepção da obra de Max Weber, Roth (1995:11-55) adverte, em “Marianne Weber y su Círculo”, que embora se acredite que a qualidade intrínseca das obras dos grandes mestres seja o motivo de sua permanência ao longo do tempo, tal permanência depende das orientações e interesses de grupos e indivíduos” (BOAS, 2014, p. 7).

A leitura e recepção dos trabalhos de Weber se deve, em larga escala, ao esforço de Marianne Weber em editar e publicar as obras do marido. Outro ponto importante que ajudou a difundir a obra de Weber foi a tradução de Talcott Parson para a língua inglesa em 1930. O terceiro acontecimento relevante foi a tradução de “Economia e Sociedade” para o espanhol, concretizada por José Medina Echavarría et al. em 1944⁶. Boas (2014) argumenta que este mapeamento é indispensável para se entender a “chegada” de Weber por aqui. Entender Weber no Brasil é indissociável da tarefa de entender as questões próprias da sociologia brasileira em um contexto histórico nacional. Uma grande parte da bibliografia sociológica

⁶ “É preciso considerar que somente em 1962 surgiu a edição italiana de “Economia e Sociedade” e, em 1968, a edição em língua inglesa. Em 1991 foi publicado no Brasil o primeiro volume do livro e, em 1999, o segundo, ambos com revisão técnica de Gabriel Cohn. Vale mencionar aqui, também, em quarto lugar, a compilação feita por Hans Gerth e Charles Wright Mills, *From Max Weber*, editado, em 1946, pela Oxford University Press. Traduzido para o português, no Brasil, em 1970, com revisão técnica de Fernando Henrique Cardoso, foi um dos livros de maior penetração entre os brasileiros, interessados, alunos, pesquisadores e professores, tendo alcançado mais de vinte edições. O quinto acontecimento editorial de relevância é, sem dúvida, o atual projeto de reedição da obra do sociólogo, a *Max Weber Gesamtausgabe – MWGA [Max Weber – Obra Completa]*, que vem sendo meticulosamente realizado por especialistas de alto nível, desde a metade dos anos de 1980 e, com certeza, mudará tanto os hábitos de leitura como os rumos da interpretação do pensamento do autor (Pierucci, 2008:41-51; Villas Bôas, 2011:11-19; Hanke, 2012:99-118)” (BOAS, 2014, p. 7 - 8).

brasileira desde o fim do século XIX tratou de entender o descompasso brasileiro, os contrastes nacionais. Assim, focou-se em abraçar os brasileiros e colocá-los em consonância com o próprio país. Ao se institucionalizar, a sociologia não inventou novas questões ou hipóteses, mas houve um esforço para reelaborá-las.

“Interessados na investigação de problemas históricos e concretos, os sociólogos se voltaram para a pesquisa das mudanças que transformassem o Brasil em uma sociedade moderna, democrática, dotada de uma ordem racional, fundada na indústria e na ciência” (BOAS, 2014, p. 9 - 10).

As particularidades de fundação e desenvolvimento da sociologia por aqui permitiram que a disciplina tivesse legitimidade e continuidade institucional nos debates sobre o destino da nação. A compreensão desta questão é primária para entender a lógica de apropriação dos conceitos weberianos e também dos fatores que levaram a renegar alguns dos pressupostos do autor. No final dos anos de 1940 e início de 1950 o pensamento de Max Weber começou a aparecer nos esforços editoriais de compilados de sociologia, revistas, livros e dicionários dedicados à disciplina. Esses empreendimentos tiveram por objetivo divulgar o conhecimento e formar professores e pesquisadores na disciplina de sociologia, sendo associado ao nascimento do mercado editorial e a criação das universidades. Parte do conhecimento do período se dedicava às questões rurais, levando a um foco nas relações patriarcais e coronelistas. Boas (2014) destaca que a presença de Weber nesse período é “tímida”, apesar da presença da sociologia alemã, especialmente dos pesquisadores de Berlim, Colônia e Kiel. Weber aparecia com menor intensidade que Mannheim, Simmel e Marx, ainda que com alguma regularidade. Os escritos de Weber com maior incidência no período são seus estudos de sociologia econômica e sua conceituação de classe. Neste último tema se destacam os escritos de Florestan Fernandes que analisa e problematiza a questão de classe proposta por Weber e crítica a sua proposta de tipos ideais. Outro destaque é “a resenha de *Economia y Sociedad* (1944) que Alberto Guerreiro Ramos publicou na Revista do Serviço Público, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1946. A resenha intitulada ‘A Sociologia de Max Weber: Sua Importância para a Teoria e a Prática da Administração’ marcou época” (BOAS, 2014, p. 12).

“A tendência que se define pela importância sociológica atribuída às ações sociais, aos conflitos, à multiplicidade de crenças e às alternativas históricas

possíveis, e que se poderia julgar mais próxima de pressupostos de uma sociologia weberiana é combatida por uma vertente mais próxima do modelo das ciências naturais, que recusa qualquer outra via do conhecimento que não possa ser submetida a critérios de objetividade, medição, controle de dados e validação científica” (BOAS, 2014, p. 14).

A partir dos anos 1950, com o processo de crescimento acelerado, a configuração da disciplina de sociologia se modifica e a questão da “modernidade” começa a se impor. “Os sociólogos apostam na universalidade dos processos de racionalização, industrialização e padronização do mundo, abandonando definitivamente as diferenças culturais, consideradas resquícios de um passado indesejável” (BOAS, 2014, p. 15). A categoria trabalho foi fundamental, os sociólogos passaram a utilizar uma categoria moderna de história, baseada em processos de modernização e teleologias e assim o papel do sociólogo nesse processo se torna central. O engajamento intelectual e político dos sociólogos proporciona uma via de legitimação da disciplina como um saber científico válido. Da mesma forma, a mobilização dos conceitos de Weber ocorre em vertentes distintas.

“O Weber da versão hoje hegemônica nas ciências sociais e na opinião pública sobre a interpretação do Brasil tem sido aquele dos que apontam o nosso atraso como resultante de um vício de origem, em razão do tipo de colonização a que fomos sujeitos, a chamada herança do patrimonialismo ibérico, cujas estruturas teriam sido ainda mais reforçadas com o transplante, no começo do século XIX, do Estado português no solo americano” (VIANNA, 1999, p. 35).

Nessa interpretação, o Estado se constitui de forma fortemente autônoma da sociedade civil, comprometendo a criação de instituições orgânicas. A ausência feudal nos colocaria num patamar de “orientais”, nas quais as fronteiras entre público e privado estão dissolvidas. “Os Donos do Poder”, de Raymundo Faoro, seria um aprofundamento desse argumento. Retomado as teses de Tavares Bastos e Domingos Sarmiento e criticando a associação de Weber da emergência do capitalismo com o calvinismo, Faoro (2001) argumenta que o ponto central seria o feudalismo. O Brasil não seria, assim, um caso ocidental, pois o Estado antecede a criação dos grupos de interesse, tornando a agenda dos dirigentes estatais a agenda do Estado. A administração pública se torna o patrimônio destes dirigentes. O sistema político se basearia na cooptação e não na representação, com um estamento sobreposto às classes sociais, que compreendia “a forma de domínio patrimonial-burocrática e o indivíduo como um ser desprovido de iniciativa e sem direitos diante do Estado” (VIANNA, 1999, p. 35).

O capitalismo brasileiro, que emerge desses princípios, seria, então, politicamente orientado. Essa via de acesso ao moderno, o capitalismo orientado politicamente, é visto como forma patológica, pois não há rompimento entre passado e presente. O patrimonialismo se reproduz através da elite que com ele compactua. O Estado (neo)patrimonial restringe a manifestação dos interesses ao estabelecer um regime de cooptação e não de representação.

Romper com esse interesse político significaria uma reforma política com capacidade do Estado tolerar os interesses e manifestações da sociedade. A noção do caráter “asiático” do Estado brasileiro seria um obstáculo à liberdade e a padrões igualitários de convivência social e política. A ruptura deveria “como em Tavares Bastos” ocorrer no campo institucional, pois o patrimonialismo é uma marca do Estado e não da sociedade. “Desse eixo explicativo deriva uma das principais controvérsias da literatura, opondo, de um lado, os que advogam, desde Tavares Bastos aos constituintes de 1891 e aos adeptos de hoje da reforma política como base prévia para a modernização do país, que o país legal deva mudar o país real, e, de outro, os que invertem o sentido dessa proposição “(VIANNA, 1999, p. 36)

O caminho de infortúnios da democracia brasileira é seguido pelas derrotas políticas de São Paulo, representante de um paradigma ocidental. A revolução de 1930 é a retomada do “velho fio ibérico” que orienta um Estado descolado da sociedade civil. O governo Vargas se alçou sobre as estruturas do velho Estado patrimonialista centralizado. A revolução de 1930 demonstrou o retorno do patrimonialismo obedecendo a “ordem oculta” das estruturas. Segundo o Vianna (1999), entre 1889 e 1930 o sistema de dominação teve caráter racional legal, entretanto a relação patrimonial se deu pela via do coronelismo. A condição retardatária brasileira baseada na dependência pessoal congregou formas oligárquicas com sociabilidade de tipo hierárquica. O tipo de dominação tradicional perde fôlego, como destaca Victor Nunes Leal, que salienta o papel de um patriciado com origem na propriedade fundiária e orienta nos valores do mercado. O fenômeno patrimonial, sob esta ótica de “oriental”, explora para além do Estado as condições de sociabilidade que o patrimonialismo cria.⁷

⁷ “o país real”, especialmente o mundo agrário, as relações de dependência pessoal que aí se estabelecem e de como o seu paradigma paulista, longe de representar uma linha de oposição entre

Boas (2014) chega a argumentar que uma presença maior de Weber teria mudado o rumo da sociologia no país, e que nossos sociólogos apostaram numa maior autonomia rechaçando certas interpretações. “O texto pioneiro de Fernando Correia Dias revela que Weber ocupou um lugar singular, reelaborando-se criticamente suas ideias de acordo com os temas e a visão de história predominante” (BOAS, 2014, p. 16). Segundo Boas, houve um “silêncio e desinteresse” por parte da sociologia brasileira sobre as proposições de Max Weber. A sociologia almejava transformar o país, modificando seu curso, posição bem distante do ascetismo e da autolimitação weberiana. Weber, assim como Marx, marca, desde os anos 1950, produções teóricas que buscam explicar as singularidades da formação brasileira. Muitas das nuances destes autores são abordadas pela criação de dicotomias e oposições.

O que leva a outro eixo analítico de base weberiana, que transita da análise do fenômeno institucional político para a sociologia, centralizando a questão agrária e o patrimonialismo marcadamente ambíguo, pois congrega arquitetura liberal moderna com o instituto da escravidão. Nessa visão, Weber não se contrapõe a Marx, mas se complementa. Num lado da balança a sociedade escravocrata de ordem patrimonial e do outro o sistema de capitalismo mundial fundado na sociedade de classes moderna se equilibrando para estabelecer a sociedade brasileira. Daí se deriva a heterogeneidade interpretativa de Weber, que está presente tanto naqueles que destacam os elementos "asiáticos" decorrente do transplante do Estado português, até aqueles como Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco e José Murilo de Carvalho que deslocavam os argumentos de causa do nosso atraso. Em 1969 Maria Sylvia de Carvalho Franco publica, pela editora da USP, seu “*Homens Livres na Ordem Escravocrata*”, resultado de sua tese de doutorado orientada por Florestan Fernandes. O cerne do argumento dela era o de que a economia colonial não se dava por um modelo tradicional, mas por uma unidade contraditória. Com base no *La decadencia de la cultura antigua* de Max Weber publicado na década anterior em espanhol.

atraso e moderno, representação e cooptação, ordem racional-legal e patrimonialismo, aponta, na verdade, para uma composição ambígua dessas polaridades, imprimindo à matriz do interesse a marca de um particularismo privatista antípoda à formação da cultura cívica” (VIANNA, 1999, p. 38).

A posição de Franco, quanto aos tipos ideais de Weber, estava baseada nas críticas que Florestan Fernandes, seu orientador, teceu durante a década de 1950. Fernandes, no que lhe concerne, entendia que as construções ideais dificultavam uma apreensão da totalidade histórica. Aspiration que Weber considerava difícil uma vez que só lidamos com parcelas da realidade. O ceticismo weberiano se baseava em sua concepção de sociologia como ciência empírica.

“a discussão de Florestan consistia no fato de que a proposição dos tipos ideais não possibilitava a construção de uma síntese em sequências de regularidades típicas no tempo; além disso, o relativismo flagrante de Weber garantia ao sujeito do conhecimento uma liberdade excessiva que permitia a utilização de critérios que não se coadunavam com a realidade” (BOAS, 2014, p. 20).

Nessa interpretação se encontra e destaca o compromisso que vem desde a independência, da conjunção das ordens racional-legal e patrimonial, de liberalismo e economia colonial. Nesse eixo analítico, a ruptura não deveria focar no Estado, mas nas relações sociais de padrão colonial. A partir de Florestan, Vianna (1999), argumenta que a independência operou transformações moleculares, a floração mercantil, a nacionalização de um comércio exportador e alteração das funções econômicas do senhor rural, estímulo de profissões liberais. Estas mudanças resultaram no destacamento de uma sociedade global da estrutura tradicional. Produzindo uma esfera de livre competição que operava coexistindo ao sistema patrimonial.

As teorias do populismo se tornaram, na década de 1960, especialmente a partir de 1964, a linguagem comum dos que estudavam a miséria brasileira, pois diagnosticam que a racionalidade brasileira estava submersa e orientada por uma ordem de tipo patrimonial “que se faria preservar nas coalizões pluriclassistas entre elites modernas e tradicionais e o sindicalismo jurisdicionado pela estrutura corporativa” (VIANNA, 1999, p. 44). O autor argumenta que seria a partir de uma ordem sindical que se poderia impor alguma ruptura. O populismo produzia uma manipulação das massas de trabalhadores, especialmente os rurais. “O carisma, no caso, não se comportaria como uma ação propiciatória ao encantamento do mundo e como um fiat do novo, cumprindo o seu papel em um processo de conservação com mudança controlada, pondo o interesse — e não apenas dos trabalhadores — sob a tutela da racionalização burocrática do Estado” (VIANNA, 1999, p. 44). Segundo o autor, o carisma seria uma ferramenta do atraso a ser superada pelo

trabalhador, a racionalização dos sindicatos reclamaria uma posição no mercado, ao invés do Estado que nega uma representação, e assim conseguiria estabelecer raízes no longo prazo, dando uma nova forma ao Estado.

“Nesse particular, a teoria do populismo, inesperadamente, vinha reforçar o campo explicativo da versão weberiana de patrimonialismo de Estado, na medida em que, como ela, se limitava a contrapor à coalizão moderno-atraso, tradicionalmente prevalecente no sistema da ordem, a explicitação social do moderno, sem política e sem alianças com as classes retardatárias dos setores subalternos: o "operário" que emerge da teoria do populismo não está vocacionado, por definição, a se aliar ao camponês” (VIANNA, 1999, p. 44 - 45).

Vianna argumenta que estas interpretações de Weber, apesar de distantes, têm como principal afinidade o paradigma paulista e a valorização de uma matriz de interesse.

“Mais substantivamente, o diagnóstico da modernização operada em chave neopatrimonial, conforme a primeira versão aqui sumariada, e o da realizada, na segunda versão, sob o pacto nacional-populista, ambos indicando a necessidade de uma ruptura histórica com a tradição, apresentam elementos comuns, principalmente na indicação do papel negativo do Estado na formação da sociedade brasileira contemporânea” (VIANNA, 1999 p. 45)

Analisando o contexto, Vianna (1999) observa que essas teorias alcançaram grande popularidade, particularmente no final dos anos 1980 e no início da década de 1990. Servindo de suporte às forças políticas desde a constituição de 1988, assumindo configuração mais tarde tanto no PSDB quanto no PT, não por acaso com origem em SP. “O moderno interesse das elites econômicas de São Paulo, agora como antes, na Primeira República, somente se faz hegemônico no campo da política ao se coligar com as oligarquias” (VIANNA, 1999, p. 45). Critica a posição decorrente das análises weberianas que postulavam o mercado como uma solução, que pela experiência não se concretiza.

Observando a América Latina, como o conceito weberiano de patrimonialismo foi utilizado para analisar a realidade política latina, possibilita notar a evolução das ciências sociais no continente. Zabludovsky (1989) ressalta que a América Latina não apresentava modelos que foram definitivos para a elaboração da teoria social e política, diferente, por exemplo, da que opera a distinção entre pensamento ocidental e oriental. Assim, alguns autores comparam a América Latina com o Oriente e outros com o Ocidente.

A autora (ZABLUDOVSKY, 1989) sintetiza algumas destas análises, que se apropriam do conceito de patrimonialismo para explicar certos aspectos da dominação, especialmente para as questões da liderança e da corrupção. Sua avaliação ressalta haver alguns problemas no uso da categoria patrimonialismo. Primeiro, a categoria não demarca um período histórico, não há indicador se ela é mais relevante para um período determinado — o período colonial, por exemplo — ou para toda a história. Um aspecto importante é que por muito tempo havia poucos textos de Weber publicados na América Latina, em língua espanhola. Por quarenta anos haviam apenas traduções de *Economia e Sociedade*. “Política como vocação” e “Ciência como vocação” só tiveram traduções em 1967, e ainda sob influência das leituras de Parsons.

Assim, partes dos textos tiveram uma influência restrita em questão de material de base e as deficiências se manifestam em diversos caminhos:

1. Alguns autores não consideram a concepção metodológica e teórica de Weber que ressalta a dominação como um tipo ideal, separando sociologia e realidade social;
2. A conceituação de patrimonialismo se baseia quase unicamente em *Economia e Sociedade*, a falta de consulta de outras fontes faz destas análises incompletas do ponto de vista do todo do pensamento weberiano;
3. A falta de conhecimento da obra de Weber na totalidade faz com que os intérpretes percam de vista questões fundamentais, como o problema da liderança em sociedades de massa e a dominação;
4. Mais recentemente, a difusão dos escritos de Weber tem sido influenciada por interpretações que ocorrem, por vezes, também sem crítica.

A consequência deste tipo de leitura é uma visão limitada sobre o conflito político. É precisamente esta dimensão que na análise do patrimonialismo permite observar as forças políticas e as mudanças sociais. O oriente, na visão weberiana, não é uma realidade estática ou imutável, na verdade, é mais instável que a burocracia, mas menos que a dominação carismática. A disputa contínua por poder aparece nas regiões e ocorre com relação ao governo central.

O conceito de patrimonialismo é utilizado de pelo menos três formas diferentes. De maneira geral, o patrimonialismo é um subtipo da dominação patrimonial, diferente e oposto ao feudalismo. Outra possibilidade é trabalhar com o conceito equiparando feudalismo e patrimonialismo puro ao tipo de dominação patrimonial tradicional, neste caso o feudalismo ocidental é entendido como uma variante do patrimonialismo que equivale à dominação tradicional.

Weber usa ainda em um terceiro sentido, ao se referir aos regimes pós-feudais. O patrimonialismo aparece como uma forma autoritária de organizar politicamente o Estado que faz prevalecer a administração sob os poderes locais. A relação entre as forças da tradição e a vontade do monarca são dois componentes básicos da dominação tradicional. A tradição opera com dois sentidos diferentes: primeiro a tradição aparece como um consenso comunitário de que o exercício do poder do príncipe é seu direito enquanto tal; outra é a tradição como barreira da ação do príncipe que amarra sua possibilidade de ação.

“Nesse sentido, o argumento que pauta o presente trabalho oferece possibilidades de repensar a tese mais comumente aceita de que as ideias de Talcott Parsons exerceram uma influência direta e decisiva na recepção do sociólogo alemão em países da América Latina” (BOAS, 2014, p. 25)

Boas (2014) destaca a importância do livro de Gabriel Cohn, *Crítica e Resignação. Fundamentos da Sociologia de Max Weber*, que buscou uma interpretação das propostas de Weber a partir do próprio autor. Superando as disputas de Marx vs Weber.

“para além dos confrontos e aproximações entre o esquema weberiano e outros, interessa-me captar a presença do contexto em que a obra foi produzida no próprio interior dos seus conceitos básicos e de sua articulação, em que ele está presente sob a forma dos seus pressupostos fundamentais” (Cohn, 1979: XIII) (p. 25).

As décadas posteriores debateram e leram Weber para elevar significativamente a sua importância. “Tal mudança radical criou uma espécie de ilusão sobre o papel desempenhado por Weber no passado, legando ao esquecimento as disputas e as objeções que se lhe fizeram. Weber desempenha agora outro papel.” (BOAS, 2014, p. 26).

3. PATRIMONIALISMO EM FOCO

Neste capítulo, será empreendida uma análise substancial das três obras previamente identificadas no início desta dissertação. O escopo abrange três eixos fundamentais, visando a compreensão aprofundada dessas contribuições teóricas. Inicialmente, será dedicada atenção a um resumo detalhado de cada uma das obras, buscando identificar os principais temas, abordagens e estruturas argumentativas que as caracterizam. Em seguida, serão direcionadas análises para o papel do patrimonialismo no contexto de cada obra, aprofundando-se na influência dessa concepção política e social para o desenvolvimento de cada tese dos autores. Por fim, serão explorados os cosmos ideológicos dos autores, procurando compreender suas perspectivas, influências e motivações que moldaram a produção dessas obras. A exploração destes três eixos permitirá a análise crítica do pensamento político brasileiro, proporcionando uma exposição das intrincadas conexões de ideias e valores que permeiam o contexto intelectual do país no período.

3.1 BASES DO AUTORITARISMO BRASILEIRO

A obra de Simon Schwartzman se orienta a partir da revisão de um texto publicado em 1975 que aborda a dicotomia entre um Estado patrimonial, marcado pela irracionalidade, centralização e autoritarismo, e os setores que aspiram à independência, descentralização e representação do racionalismo privado e movimentos organizados. Além disso, a obra explora a oposição entre o liberalismo e o intervencionismo, reconhecendo a imperatividade dessa dicotomia. A abordagem liberal visa, por um lado, desvincular os setores dinâmicos da sociedade, oferecendo-lhes autonomia e a oportunidade de fortalecer-se com seus próprios recursos. Por outro lado, ela rejeita a validade do planejamento social e da intervenção estatal. O autor argumenta que, ao se confundir com a defesa do *status quo*, dos privilégios e, em última instância, do conservadorismo, o liberalismo acaba minando a legitimidade de suas bandeiras libertárias.

Para Schwartzman, o problema fundamental do Estado de origem patrimonialista-burocrático reside na transição de uma estrutura antiquada para uma moderna. Conforme ele enfatiza:

"Os elementos conservadores do liberalismo brasileiro minam a legitimidade de suas bandeiras libertárias, que só ganham maior ressonância em períodos de autoritarismo mais exacerbado; enquanto isso, o eventual conteúdo social e reformista com o qual as diversas ideologias centralizadoras se apresentam tende a se perder e a se esvaziar devido ao autoritarismo inerente." (SCHWARTZMAN, 2007, p. 38).

Diante dessa problemática, a proposta do autor se concentra na transformação do Estado, abandonando suas características patrimonialistas e tendência a cooptação, e na expansão dos valores liberais para a sociedade sem restrição à visão econômica. A sugestão é substituir essa visão por um sistema representativo mais autêntico e diversificado, resultando em um novo modelo de pacto social.

3.1.1 Resumo da Obra

No livro em questão, as contribuições de Schwartzman são direcionadas a uma tentativa de superar as dicotomias frequentemente presentes em várias avaliações do cenário brasileiro. Ele busca transcender conceitos-chave, como burgueses e proletários, exploradores e explorados, entre outros, em prol de uma análise política que vá além da mera agregação de interesses. O autor argumenta que a sociologia política já demonstrou, de forma geral, que as pessoas não costumam demonstrar um grande interesse pela política. No entanto, Schwartzman (1988) defende que os interesses expressos na esfera política não podem ser facilmente equiparados a interesses econômicos bem definidos, como geralmente se presume. Ele ressalta que o processo político possui seus próprios objetivos e mecanismos, embora não seja completamente independente desses interesses econômicos.

As análises do comportamento político nos países em desenvolvimento não haviam alcançado um alto grau de sofisticação. Nesse ponto, Schwartzman (1988) tece críticas a teorias que, de acordo com ele, são simplistas. Ao analisar a cultura

política, o autor resume as abordagens em: análises de natureza psicológica, antropológica e psicanalítica. Essas abordagens tendem a valorizar significativamente as especificidades de um sistema político, mas acabam perdendo a dimensão estrutural. Essas medidas teóricas colocam as nações como reféns de sua própria cultura, cenário em que seria necessário recorrer à teoria da modernização para superar o problema fundamental da cultura.

A crítica fundamental surge da experiência descrita por Oliveira Vianna, na qual o sistema político brasileiro se mostra alheio à sociedade. Segundo Schwartzman, a elite brasileira nunca teve a ideia de que os grupos políticos devem representar interesses específicos. Pelo contrário, sempre prevaleceu a visão equivocada de que os partidos e os políticos devem se colocar "acima dos interesses" e ter sempre em mente os objetivos da nação como um todo.⁸

Essa "ideologia do interesse geral" cria uma lacuna entre a manifestação política e sua efetivação. No Brasil, há dificuldades em estabelecer conexões entre decisões governamentais, classes sociais e grupos de interesse. Vários exemplos podem contribuir para esse fato, como a falta de uma reforma drástica no sistema de propriedade da terra, o que não significa necessariamente que o governo tenha sido dominado pela elite rural. Outro exemplo são os períodos de intensa industrialização, como em 1937, 1955 e pós-1964, que não indicam necessariamente um controle por parte da burguesia industrial. Além disso, a presença constante dos militares na esfera política também é um ponto relevante na avaliação.

"É impressionante e muito pouco compreendido o fato de que o principal Estado da Federação brasileira, São Paulo, nunca desempenhou um papel político correspondente à sua importância econômica e demográfica no contexto nacional" (SCHWARTZMAN, 1988, p. 33).

Neste ponto, o autor argumenta que o peso político do Estado de São Paulo nunca correspondeu ao seu peso econômico. Os partidos políticos em São Paulo, de 1945 a 1964, operaram de forma reduzida justamente na avaliação das diferenças entre as regiões a que o autor orienta sua avaliação. Assim, a política

⁸ Sobre as ideias de Oliveira Vianna na conformação da ideologia do Estado autoritário no Brasil, ver Silva (2004).

nacional pode ser compreendida a partir de sua dimensão espacial, em que quatro casos são paradigmáticos.

A história do Brasil tem início como resultado das políticas de ocupação empreendidas por Portugal. Com o respaldo do poder político centralizado na Casa de Avis, Portugal lançou sua investida no Brasil nos séculos XV e XVI, impulsionado por interesses comerciais e empresariais. Simon Schwartzman (1988) avalia que a estrutura portuguesa, notoriamente "centralizada, burocrática e patrimonialista," foi transplantada para o Brasil com a criação do governo geral em 1548, e posteriormente com a mudança completa da corte para o Brasil em 1822. Em outras palavras, a continuidade histórica nunca foi interrompida, e essa observação é crucial para uma compreensão mais profunda do processo de institucionalização do país. A estrutura feudal inicialmente estabelecida no Brasil, por meio das capitanias hereditárias, revelou-se um empreendimento mal sucedido, à exceção de Pernambuco, onde a produção de cana-de-açúcar prosperou, e São Vicente, que viria a se tornar São Paulo. O Rio de Janeiro assumiu uma natureza mais oriental, sendo o centro político e administrativo do Império, enquanto São Paulo se configurou como uma cidade de caráter mais ocidental.

Em oposição às cidades burocráticas ou urbanas, há às cidades "tradicionais", que o autor explica ter um significado diferente. As cidades/regiões tradicionais são aquelas que passaram por um período de progresso, mas que entraram em declínio econômico e político. Os melhores exemplos desse fenômeno no Brasil incluem as áreas de cana-de-açúcar no Nordeste e as regiões mineiras de Minas Gerais, ambas voltadas para a exportação. No caso de Minas Gerais, que era a região com a maior população urbana do país e se caracterizava pela ausência de atividade econômica importante e de alta lucratividade.

O arranjo é semelhante a casos fora do Brasil, há um controle oligárquico da máquina política do Estado, acompanhada de uma baixa participação, com predomínio de grandes propriedades rurais e uma economia em decadência. A menor unidade deste tipo de relação é a comunidade local do interior, dirigida pelo coronel.

A terceira região destacada por Schwartzman é exemplificada por São Paulo. Conforme o autor, a capitania de São Vicente desenvolveu-se de forma autônoma em relação à administração central, tornando-se um núcleo de colonização que se expandiu para o interior em contraposição à política da coroa, que se concentrava no litoral. Essa expansão ocorreu tanto em direção ao sul quanto ao norte.

Ao adentrar a quarta região, a atenção é direcionada agora ao Rio Grande do Sul. Neste Estado, desempenhou um papel de considerável relevância política, superando sua importância econômica. A marginalização geográfica parece ter colocado a região no cerne dos acontecimentos políticos nacionais desde o século XIX. Sua condição de região fronteira ao sul fez com que fosse palco de conflitos envolvendo Portugal e Espanha, que marcaram o século XVII. Estes conflitos moldaram a região e conferiram-lhe uma característica profundamente militar.

Com esta avaliação das regiões, o livro visa explorar o contraste entre Estado patrimonial, irracional, centralizador, autoritário, e os setores que pretendem ser independentes, descentralizados e representantes do racionalismo privado e movimentos organizados. Por outra via, se explora a oposição entre liberalismo e intervencionismo. Se por um lado, a via liberal pretende desvincular os setores dinâmicos da sociedade para que tenham, com recurso próprio, o direito e a oportunidade de fazer valer, por outro lado, a via liberal nega a validade do planejamento social e da intervenção do Estado. Segundo o autor, se confundindo com a defesa do *status quo*, dos privilégios e ao fim, do conservadorismo. Para Schwartzman (1988) o problema fundamental do Estado de origem patrimonialista-burocrática é o de como transacionar de uma estrutura ultrapassada para uma moderna.

O panorama político brasileiro pode ser analisado a partir de duas perspectivas ideológicas distintas. Por um lado, há a visão liberal, que preza pela mínima intervenção do Estado e enxerga a legitimidade do governo através da democracia e da representação. Nessa abordagem, valoriza-se a iniciativa individual e a eficiência do capitalismo competitivo. Por outro lado, existe a visão intervencionista e centralizadora, que se justifica pela busca de objetivos coletivos e nacionais, priorizando a eficiência por meio do planejamento econômico. A crítica à

primeira visão se concentra no particularismo e na perpetuação das desigualdades sociais.

O ponto relevante é entender como conciliar estas duas tendências de visão ideológica do país, o que só é possível em um sistema político eficiente, moderno e com uma base social de sustentação. Só é possível o florescimento de tal sistema com uma representação de interesse que vá além do individual e que, ao mesmo tempo, o Estado deixe de ser uma burocracia patrimonial.

Existe um trabalho dual: a transformação das estruturas regionais e a desburocratização do Estado, sendo mais abertos. Coordenando representação de interesses com coordenação de interesses gerais.

“É na medida em que a sociedade desenvolve a capacidade de participação de seus cidadãos em muitas áreas diferente, reestabelecendo de forma efetiva o vínculo perdido e oculto pela tradição liberal entre Estado e Sociedade, que o sistema eleitoral pode, eventualmente, recobrar ou conquistar o seu sentido de manifestação consciente e estruturada de valores sociais” (SCHWARTZMAN, 1988, p. 96).

3.1.2 Patrimonialismo em destaque

Este tópico visa aprofundar nossa compreensão do papel central desempenhado pelo conceito de Patrimonialismo nas análises de Schwartzman. O autor adota este conceito como um instrumento crucial para desenvolver seus argumentos. Schwartzman organiza a discussão de seu livro em dois níveis fundamentais. O primeiro nível é estrutural, onde ele investiga minuciosamente como a sociedade se organiza para 'produção, destruição e realocação de bens escassos' (SCHWARTZMAN, 1988, p. 34) e o segundo é político, visando entender como se dá a 'participação no processo de decisões relativas à distribuição social de riquezas' (SCHWARTZMAN, 1988, p. 34).

Schwartzman apresenta a dimensão estrutural através da dicotomia existente entre o desenvolvimento histórico da Europa feudal, que resultou nas sociedades capitalistas ocidentais, modernas e desenvolvidas, e outra linha, variante dos sistemas políticos tradicionais, que resultou em sociedades subdesenvolvidas

ou socialistas. A diferença, entre os modelos, estaria na capacidade, ou na falta de capacidade, de se articular e representar seus interesses.

“A razão pela qual esses fatos tão simples e evidentes são tantas vezes ignorados tem a ver com o modelo da representação política. De acordo com este modelo explicativo, o Estado é, por definição, o representante de um determinado grupo ou classe “da sociedade”, e a noção de que o Estado representa “a si mesmo”, sem corresponder a uma determinada classe social que o maneje dos bastidores, fica impossível de conceber” (SCHWARTZMAN, 1988, p.36).

Os sistemas políticos e econômicos se relacionam, contudo, no modelo patrimonial eles são indiferenciáveis. Nesses “contextos, a busca do poder político não é simplesmente feita para fazer prevalecer esta ou aquela política, mas visa à posse de um patrimônio de grande valor, o controle direto de uma fonte substancial de riqueza” (SCHWARTZMAN, 1988, p. 36).

Schwartzman argumenta que no decorrer da história do desenvolvimento das sociedades humanas é possível identificar dois caminhos distintos: um originado do feudalismo, levando a países capitalistas modernos, e o outro é o patrimonialismo, ligado ao surgimento de nações subdesenvolvidas e autoritárias. Ambos são considerados modos de dominação tradicional, conforme descrito por Weber. O patrimonialismo se caracteriza pela centralização do poder político nas mãos do soberano.

O autor destaca que o Estado, em certos casos, pode não representar um interesse de classe específico, mas sim o seu próprio interesse. Formas de Estado autoritário, segundo ele, não estão ligadas ao conflito de interesses, mas à capacidade limitada de coordenação entre grupos sociais. Em seu modelo, Schwartzman também introduz o nível político, onde contrasta a cooptação política com a representação política. Ele argumenta que o patrimonialismo político brasileiro surge da cooptação política dos atores políticos, que dependem do Estado para a distribuição de recursos. Isso caracteriza o sistema político nacional como um sistema de patrimonialismo político que consegue aderir ao processo de burocratização do Estado, uma vez que a burocracia se torna meio para cooptação.

Assim, a apresentação do autor da ideia de patrimonialismo se orienta pelo antagonismo ao modelo capitalista, ocidental e moderno; pela falta de separação

entre esfera econômica e política; e, essencialmente, pela ausência de articulação social e representação de interesses. Portanto, a diferença se refere a natureza do Estado *per se* e como este se relaciona com a sociedade. Conceitualmente patrimonialismo é discutido como termo para se referir a sociedades tradicionais. Neste sentido a ideia de neopatrimonialismo seria mais prolífica.

O autor explora a relação entre o patrimonialismo, de Weber, e o “modo de produção asiático” de Marx para corroborar a ideia de que é especificamente no passado feudal da Europa, que se encontra a gênese do capitalismo. Fator que não ocorreu nas grandes civilizações desenvolvidas do oriente e que tiveram dificuldades em se adaptar à chegada do modelo ocidental. É a partir desta explanação que Schwartzman (1988) entende que a divisão entre “tradicional” e “moderno” perde força explicativa para lidar com o cenário brasileiro, e com isso o patrimonialismo típico-ideal também. O patrimonialismo apresenta um forte vínculo com a tradição, na crença de continuidade daquilo que sempre existiu, em oposição à burocracia que apresenta normas estabelecidas racionalmente partindo de uma legalidade abstrata.

Para o autor, os Estados, como o Brasil, que “se formam às margens da revolução burguesa” (SCHWARTZMAN, 1988, p. 59) constituem um patrimonialismo diferenciado do tipo ideal. Schwartzman se refere a esse fenômeno como patrimonialismo moderno ou neopatrimonialismo. Ele destaca que não se trata apenas de uma “sobrevivência” de estruturas patrimoniais no sentido weberiano, mas de uma configuração política de dominação que se baseia em um estrato social específico e distintivo em relação aos demais. Nesse contexto, a dominação não decorre da força da tradição, mas sim da apropriação da estrutura burocrática existente.

“Assim como a dominação racional-legal pode degenerar em totalitarismo burocrático, é possível para este tipo de burocracia subsistir somente com seu componente racional, mas sem seu componente legal. Este é, em um palavra, o elo teórico que faltava para a compreensão adequada dos sistemas políticos neopatrimoniais: a existência de uma racionalidade de tipo exclusivamente “técnico”, onde o papel do contrato social e da legalidade jurídica seja mínimo ou inexistente.” (SCHWARTZMAN, 1988, p. 59).

Nessa abordagem, o patrimonialismo visa assegurar, de alguma forma, a satisfação das massas e promover a ascensão da "aristocracia urbana" a cargos governamentais privilegiados. No contexto rural, observa-se uma "atomização" regional, na qual a dominação se estrutura localmente e estabelece suas bases de manutenção. O cerne do neopatrimonialismo, ao combinar tradição e modernidade, resulta em um modelo de participação política restritiva. Conforme a interpretação de Schwartzman, a participação se desenvolve principalmente por meio da cooptação, ou seja, a sociedade se relaciona com o Estado como um mediador autônomo.

A síntese da perspectiva do autor sobre o patrimonialismo leva a uma avaliação conceitual relevante. Na visão de Schwartzman, o patrimonialismo é um conceito típico-ideal, dificilmente encontrado no ocidente contemporâneo impactado pelo capitalismo. Portanto, o Estado brasileiro não pode ser considerado patrimonialista, uma vez que sua sustentação não se baseia na tradição. Em vez disso, ele unifica elementos burocráticos e patrimoniais em uma abordagem que Schwartzman denomina de neopatrimonialismo.

O Estado não encontra legitimidade na sua tradição, mas sim na junção de elites locais e um aparato burocrático estabelecido, no qual a constituição não se dá racionalmente. Nesse contexto, a cooptação desempenha um papel central no neopatrimonialismo. A cooptação é o meio pelo qual o Estado promove a dominação, sendo a capacidade de distribuir cargos com relevância que estrutura as relações de poder. Schwartzman utiliza o termo patrimonialismo como uma ferramenta analítica para compreender a formação do Estado, embora ele reconheça que esse conceito não se traduz diretamente na realidade brasileira e opta por utilizar conceitos relacionados para sua análise.

3.1.3 Cosmos Ideológico

Schwartzman ao longo de sua obra evidencia uma afinidade com as teorias liberais. No entanto, ele não se limita a uma perspectiva puramente econômica do liberalismo, o cerne do liberalismo político do autor reside na capacidade do Estado de se abrir para a representação de interesses de grupos políticos organizados.

Para melhor compreender suas propostas, este tópico visa se debruçar sobre as indicações e proposições de natureza ideológica contidas no texto.

No livro de Schwartzman (1988), são explorados três temas fundamentais que moldaram a história e a dinâmica do Brasil. O primeiro destes temas destaca o papel dominante desempenhado pelo governo central e pela máquina do Estado na vida social do país, desde seus primórdios até os dias atuais. Esta influência governamental tem sido uma constante na trajetória social e política do Brasil, sendo aprofundada pelo autor, que identifica nuances notáveis nas complexas relações entre o poder central e a sociedade brasileira. Diversas regiões do país são observadas como desempenhando papéis distintos nessa relação. A título de exemplo, São Paulo, apesar de ser um centro econômico e social de destaque, tem uma história de marginalização política em relação ao poder central. Isso ilustra como as dinâmicas entre o governo e a sociedade variam consideravelmente no contexto brasileiro.

Além disso, Schwartzman lança uma crítica perspicaz às concepções não-lineares de desenvolvimento social e político que buscam identificar na história do país elementos como um eventual período feudal ou uma revolução burguesa. Essa análise crítica demonstra como algumas abordagens podem ser simplistas e inadequadas para a complexa realidade sociopolítica do Brasil. Um ponto de particular interesse em seu estudo sobre o relacionamento entre o poder central e a sociedade é a peculiar distribuição geográfica que essa questão assume. Diferentes regiões do Brasil desempenham papéis diversos, e São Paulo é um exemplo significativo. Embora seja um centro econômico e social vital, sua posição política em relação ao poder central tem sido historicamente periférica. Outro aspecto notável de sua pesquisa é a investigação das raízes regionais do autoritarismo brasileiro, que ele argumenta ser essencialmente originário do Rio Grande do Sul (gaúcho).

Dessa forma, Schwartzman nos oferece uma análise profunda e crítica dos complexos entrelaçamentos entre o governo central, a sociedade brasileira e as concepções de desenvolvimento político e social no contexto do Brasil. Por um lado, observa-se o contraste entre o Estado patrimonial, caracterizado por sua irracionalidade, centralização e autoritarismo, e os setores da sociedade que

almejam autonomia, descentralização e representação do racionalismo privado dos grupos socialmente mais organizados. Por outro lado, contudo, encontra-se o contraste entre as ideologias liberais, que advogam o não-intervencionismo, o privatismo e o *laissez-faire*, e as incontestáveis necessidades de planejamento governamental e intervenção do Estado na vida econômica e social do país.

Ao fundir essas duas dimensões, a oposição liberal defende com justiça a tese de que o Estado não deve suprimir a sociedade e exercer controle sobre ela. É crucial permitir que os setores sociais mais dinâmicos, dotados de recursos próprios e autonomia, tenham o direito e a oportunidade de se expressar e ter influência. No entanto, essa perspectiva liberal, ao mesmo tempo, rejeita a validade do planejamento social, a intervenção do Estado na economia e a possibilidade de estabelecer valores sociais e nacionais superiores à mera agregação de interesses privatizados. Assim, ela se confunde com a defesa do *status quo*, a manutenção de privilégios econômicos e, em última análise, com o conservadorismo.

O outro lado dessa moeda é a defesa extrema do intervencionismo governamental, sem levar em consideração os setores sociais autônomos e sem estabelecer mecanismos explícitos e eficazes de responsabilização dos governantes em relação aos governados. Isso resulta em autoritarismo.

A preocupação central de Schwartzman é de como se transacionar de um Estado burocrático-patrimonialista para uma estrutura capaz de ser ágil, moderna e de promover desenvolvimento e justiça. Capaz de se soltar da amarrar mais arcaicas que o produziu sem se orientar por um liberalismo novecentista que gerou em outros contextos democracias que não conhecemos muito bem.

“Por razões que este trabalho trata de entender, o fato é que, no Brasil, as ideologias liberais tendem a se localizar predominantemente entre grupos sociais relativamente restritos, ainda que social e economicamente bem postos, e sempre tiveram um conteúdo social bastante reduzido. Os componentes conservadores do liberalismo brasileiro debilitam a legitimidade de suas bandeiras libertárias, que só adquirem maior ressonância em períodos de autoritarismo mais exacerbado; enquanto isto, o eventual conteúdo social e reformista com que se apresentam as diversas ideologias centralizadoras, em todo o espectro da sociedade, tende a se perder e a se esvaziar pelo seu inerente autoritarismo.” (SCHWARTZMAN, 1988, p. 10).

O autor observa no chamado período da República Velha o resultado desta junção entre “liberalismo novecentista” e o patrimonialismo burocrático e autoritário. É em oposição a este modelo que o autor propõe:

“O que o país necessita é completar simultaneamente duas transições fundamentais. Do lado do Estado, deixar definitivamente para trás o ranço patrimonial, ineficiente, burocratizado e autoritário, em benefício de uma estrutura mais moderna, eficiente, aberta a informações e inovações, e consciente de suas responsabilidades de condução da sociedade brasileira. Do lado da sociedade, deixar para trás o liberalismo esclerosado, a identificação falaciosa entre liberdade e privatismo, dando condições para o desenvolvimento e implantação de um sistema representativo mais real e diversificado.” (SCHWARTZMAN, 1988, p. 10).

A proposta de Schwartzman necessita por um lado de interlocutores ativos no Estado, prontos a dialogar com a sociedade e na sociedade que haja grupos mais organizados e que percebam que o Estado e o planejamento fazem parte do processo político moderno. Este o autor compreende ser o novo pacto social que Estado e sociedade devem promulgar.

O pacto, no contexto do livro, requer a vontade de agentes do Estado e da sociedade que se relacionam mediante um ambiente institucional que intermedeia as ações e interações entre as partes de forma aberta e competitiva. Ao explorar estudos eleitorais, Schwartzman avalia parte de processo, condensando a ideia de representação e processo eleitoral como um caminho necessário que não pode ficar apartado da vida social.

“É na medida em que a sociedade desenvolve a capacidade de participação de seus cidadãos em muitas áreas diferentes, restabelecendo de forma efetiva o vínculo perdido e oculto pela tradição liberal entre Estado e Sociedade, que o sistema eleitoral pode, eventualmente, recobrar ou conquistar o seu sentido de manifestação consciente e estruturada de valores sociais.” (SCHWARTZMAN, 1988, p. 161).

3.2 A QUERELA DO ESTATISMO

Paim (1994) baseia-se nas leituras de Faoro e Schwartzman para avaliar o Estado patrimonialista brasileiro, que, em vez de representar interesses específicos de uma classe, possui sua própria agenda. Nesse sentido, o Estado brasileiro seria caracterizado como um patrimonialismo modernizador. O autor argumenta que o

Estado intervencionista, ao invés de ser uma figura transitória, tornou-se um fim em si. Como resultado, o "empreguismo" e a corrupção se tornaram a tônica do governo militar de Geisel⁹.

A obra de Paim (1994) avalia que, no âmbito teórico, existem dois marcos importantes para o aprimoramento da doutrina do Estado Patrimonial. As teses de Oliveira Viana e de Lobo Torres demonstram que o Estado brasileiro não era verdadeiramente capitalista e que o patrimonialismo possui raízes culturais, exigindo, portanto, uma análise moral. É justamente este conjunto de avaliações primárias que orientam a análise da temática do patrimonialismo pelo viés conservador.

3.2.1 Resumo da Obra

Para entender e analisar o Estado patrimonial brasileiro, Paim utiliza algumas bases fundamentais. Para além de Weber, autor inevitável nesta temática, e alguns intérpretes nacionais como Faoro e Schwartzman, o texto de Paim utiliza como base também a obra de Oliveira Viana. Tal complemento é utilizado para avaliar as raízes culturais brasileiras, que embasam e fortalecem a condição patrimonial. O tipo patrimonialista predominou em locais onde não houve feudalismo de vassalagem, e um poder patriarcal se estabeleceu, ampliando sua dominação para territórios e recursos. O autor menciona exemplos na China, Rússia, Califados árabes, Antigo Egito, Península Ibérica, bem como nas culturas inca e asteca da América pré-colombiana.

Paim discute dois importantes autores analistas do patrimonialismo brasileiro. O já abordado Simon Schwartzman através do texto "Bases do Autoritarismo Brasileiro" e Raimundo Faoro, importante pela obra "Os donos do poder," que caracteriza a burocracia portuguesa, incluindo a nobreza, como dependente do rei, o que resultou em uma burocracia centralizada no Império Brasileiro.

⁹ Referindo-se ao período de governo de Ernesto Beckmann Geisel, que foi de 1974 até 1979.

O patrimonialismo brasileiro se sustenta em uma base moral cuja trajetória remonta a Pombal, e sua visão de Estado como produtor de riquezas, cujo republicanismo positivista trata de instituir com a queda do império. Pombal é responsável, na perspectiva de Paim, pela introdução de elementos modernizadores no patrimonialismo português, particularmente em relação à crença na ciência aplicada como meio de conquistar riqueza. O autor também destaca a influência de Pombal na criação de instituições de ensino superior no Brasil, incluindo a Real Academia Militar, que preservou o ideário do ensino das ciências ao longo do Império.

Esta base se aprofunda com Estado Novo, anos mais tarde, e após instabilidades do pós-guerra se traduz no governo militar. Acerca deste último, Paim (1994) avalia alguns indicativos de seu tempo. Primeiro o crescente patrimônio dos fundos estatais de pensões, que em detrimento a previdência social se expandiu voltada para as estatais que anualmente davam prejuízos. Outro fator seria a busca por expansão das políticas sociais, que visam estabelecer verbas e constituir novas burocracias em cenário de não melhoria dos indicadores de pobreza. O grau de patrimonialismo estaria nessa dimensão do Estado de se reproduzir em estruturas burocráticas que necessitam de aportes orçamentários geridos por ele próprio.

Como parte do processo de ascensão do positivismo no período republicano, com destaque para a Academia Militar, adotou-se a filosofia de Auguste Comte. Paim salienta que o positivismo se alinhou com o patrimonialismo modernizador, fortalecendo a crença na moral e política científicas e a direção do processo de modernização pelo Estado. Ele também menciona as contribuições de Benjamin Constant Botelho de Magalhães e Aarão Reis, como figuras importantes no processo de difusão do positivismo.

Paim aborda a relevância da elite moderada durante o Segundo Reinado no Brasil, destacando o esforço intelectual e criativo empregado para solidificar um sistema representativo eficaz. Este período foi marcado por conflitos e contradições, envolvendo diferentes vertentes do liberalismo brasileiro. Essas vertentes incluíam liberais extremados, cuja inspiração estava enraizada na Revolução Francesa; liberais que, embora inicialmente revolucionários, passaram a temer a revolução

devido ao desenrolar dos eventos; e finalmente, os moderados, líderes que defendiam uma abordagem, compreendida por Paim (1994), realista e de transação.

A elite moderada desenvolveu uma abordagem abrangente, enfocando dois aspectos fundamentais: a melhoria na organização dos mecanismos de representação dos diversos interesses na sociedade e a introdução de mecanismos moderadores no âmbito estatal, visando assegurar a estabilidade e a continuidade do sistema de coexistência entre os diferentes interesses. Esta fase de reformas foi inspirada por Silvestre Pinheiro Ferreira, cuja visão do "Poder Conservador" buscava garantir os direitos civis e a independência dos poderes públicos. Sua influência se refletiu na Constituição de 1824 e na prática política subsequente, que incorporou mecanismos como o Poder Moderador, com prerrogativas do monarca, a vitaliciedade do Senado e o funcionamento do Conselho de Estado. Esses mecanismos permitiram a coexistência harmoniosa de diferentes perspectivas e contribuíram para a modernização adequada da sociedade.

No entanto, com a queda do Império e a ascensão de uma nova elite no período republicano, observou-se uma interpretação binária e simplista em relação às instituições imperiais. A República falhou em aproveitar plenamente o sistema representativo legado pelo Império. Houve a ilusão de que o mero direito de voto e a organização de uma Justiça Eleitoral eficiente seriam suficientes para estabelecer um sistema representativo pleno, ignorando a complexidade e os mecanismos de moderação previamente desenvolvidos.

A ascensão da vertente autoritária durante a República Velha e seu ponto culminante seria na política de Getúlio Vargas. Durante o Império, o sistema representativo foi a base do regime, mas ao longo da República, essa abordagem foi gradativamente abandonada. Com os governos de Prudente de Moraes e Campos Salles, a representação se tornou um simulacro, com a "política dos governadores" de Campos Salles, onde a Mesa Diretora da Câmara passou a ter o poder de reconhecer os diplomas parlamentares. Este processo levou a um afastamento gradual da política real em relação aos eventos eleitorais. Isso culminou com a ascensão do castilhismo, uma filosofia política baseada no positivismo que desconsiderava a representação de interesses materiais, favorecendo a liderança do governante esclarecido que promovesse o bem comum.

Getúlio Vargas, formado politicamente no castilhismo, buscou transformar questões políticas em problemas técnicos, enfatizando a importância do sufrágio popular. Ele enfatizou a necessidade de abordagens técnicas para questões educacionais, salariais, legislativas e econômicas, promovendo a intervenção direta do Estado na economia e valorizando a ciência e a técnica como bases para soluções políticas. Vargas uniu as influências do castilhismo e da intervenção econômica para moldar o Estado Novo e a filosofia política que o sustentava, tornando o governo uma questão de competência e bem-estar material.

A década de 1930 testemunhou um clima de ampla liberdade no Brasil, mas essa oportunidade não foi aproveitada para aprimorar as doutrinas e instituições liberais. O radicalismo predominante na época simplificou o debate político, dando origem a dois slogans que persistiram nas plataformas políticas das décadas seguintes: a crença de que o liberalismo não resolveria o problema social e a ideia de que os partidos políticos eram meros instrumentos das elites estaduais.

Os liberais, durante o período entre a Revolução de 1930 e a proclamação do Estado Novo em 1937, concentraram seus esforços em garantir eleições legítimas para evitar a política dos governadores que caracterizou a República Velha. O Código Eleitoral de 1932 refletiu os ideais liberais ao impor algumas garantias e instituir a representação proporcional. No entanto, esse código não levou em consideração a experiência europeia e resultou em uma estrutura partidária frágil. A radicalização política e a busca por soluções técnicas levaram ao fechamento do Congresso em 1937, com o predomínio do Executivo.

Após a queda do Estado Novo e a derrota do fascismo na Europa, o liberalismo brasileiro continuou enfraquecido. Embora tenha consolidado a Justiça Eleitoral, a eleição proporcional levou a um fracionamento partidário. A prática de alianças de legenda, especialmente no pleito de 1962, esvaziou ainda mais o processo eleitoral. O autor conclui que a liderança liberal perdeu de vista o desenvolvimento da doutrina e, conseqüentemente, cedeu diante da crítica totalitária, como exemplificado por figuras como Milton Campos, que ainda em 1966 tinha concepções desatualizadas sobre o liberalismo, ignorando as contribuições de John Maynard Keynes. Contudo, a tecnocracia desempenhou um papel importante no Brasil, promovendo o desenvolvimento e a modernização do país. A tecnocracia

representou as aspirações populares por progresso econômico e social e se tornou uma elite estratégica para a implementação de projetos modernizadores. A Revolução de 1964 demonstrou a eficácia dessa elite técnica na condução de projetos de desenvolvimento no país.¹⁰

O Estado brasileiro é complexo e, na busca pela modernização, as elites técnica, política e militar desempenham papéis cruciais. A modernização da classe política requer experimentação e riscos. Faltou, no processo histórico brasileiro, segundo Paim (1994), a elite militar também considerar o conteúdo moral de suas ações. O autor destaca a necessidade de encarar as questões sob uma perspectiva moral para legitimar o exercício de funções árabas por parte das Forças Armadas. Não pode ser aceita *a priori* a ideia de que a defesa da segurança comporte a impossibilidade do sistema representativo.

A avaliação feita a partir de Oliveira Viana reforça seus achados. A condição modernizadora, no Brasil, resulta de processos autoritários periódicos, que tratam de dinamizar a sociedade. Esta dinamização resultaria na difusão de ideias capitalistas orientadas para a representação de interesses. O ciclo se repetiria enquanto seus resultados não fossem suficientemente fortes para consolidar uma base moral diferente da sociedade.

O modelo de Patrimonialismo Modernizador, inspirado em Pombal, permitiu um notável processo de industrialização que colocou o Brasil entre as oito principais economias do mundo. No entanto, o arcabouço jurídico e político que sustentou esse desenvolvimento ainda estava enraizado no antigo estatismo herdado de Portugal.

Os governos militares empreenderam um audacioso processo de integração nacional, conectando diferentes regiões com modernas infraestruturas de transporte e projetos de telecomunicações. Essa fase de desenvolvimento incluiu a estruturação de corredores de exportação e investimentos em energia hidrelétrica. No entanto, Paim aponta que, ao lado dessas realizações, estava crescendo o estatismo na economia brasileira, com o Estado controlando uma parte substancial dos investimentos.

¹⁰ Sobre o papel do objetivismo tecnocrático na ideologia de justificação do autoritarismo brasileiro, especialmente a partir da contribuição seminal de Oliveira Vianna, ver. Silva (2008).

A visão do Estado como provedor de riquezas se organiza a partir dos esforços de Marquês de Pombal, e de seu legado. A ideia do Estado provedor ganha eco nos meios militares e positivistas da república, possui continuidade do mercantilismo do século XVIII. Em termos de ideias concorrentes, o modelo representativo que visou se estabelecer no segundo reinado foi prontamente renegado pela república, a prevalência do autoritarismo de base comteana não visou estabelecer um corpo eleitoral para constituir cosmos de representação de interesses. Para superar o patrimonialismo, a sociedade civil deve assumir a liderança na desestatização e desburocratização. É importante que o empresariado agregue forças e promova o desenvolvimento econômico com o estímulo do Estado. A colaboração entre empresariado e intelectuais comprometidos com o combate ao patrimonialismo nos partidos políticos é essencial. Além disso, a criação de *think tanks* de orientação liberal nas universidades e a definição de uma agenda mínima para o empresariado são recomendadas para enfrentar os desafios do patrimonialismo.

3.2.2 Patrimonialismo em destaque

Paim entende o Estado patrimonialista como parte das doutrinas de desenvolvimento que se opõem à condição ocidental. A condição patrimonial se expressa em Estado com altos contingentes de pobreza oposta a uma burocracia privilegiada. No caso brasileiro, o Estado patrimonial se traduz em um “sistema fiscal peculiar em que não se distinguem, precisamente, patrimônio do Príncipe e o do Estado” (1994, p.23).

Abordando Weber, Paim (1994), entende que é justamente seu destaque a compreensão dos valores morais que faz de sua análise tão potente. O autor explora o patrimonialismo a partir da dicotomia de entre patrimonialismo e feudalismo, na dominação tradicional, embasado no segundo volume de ES. Parte da avaliação desta dicotomia se volta para a constituição do corpo administrativo, que no feudalismo “consiste na redução ao mínimo de suas funções administrativas” (PAIM, 1994, 27). Enquanto o patrimonialismo possui uma visão “expansionista”, o corpo administrativo busca novas funções e benefícios adicionais. Assim, o autor atribui o

ideal do Estado patrimonial com voltado a “políticas sociais”, visando o bem-estar das massas¹¹.

A falta de uma avaliação de base moral seria o principal ponto de crítica ao uso de Faoro do termo patrimonialismo. Segundo Paim (1994), seria este o ponto de afastamento das contribuições de Faoro, a quem teria “escapado o espírito autêntico da proposta de Max Weber” (p. 37). Neste sentido, Schwartzman demonstrou muito mais aptidão em captar os “valores”, aproximando-se mais de Weber. Sua análise acerca das diferenças essenciais entre as regiões do Brasil demonstram o impacto da base moral que consolida o patrimonialismo no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Assim, patrimonialismo é um fenômeno que se baseia na prevalência de certos valores morais e só pode ser compreendido sob estas bases. O patrimonialismo brasileiro tem raízes na visão de Estado como produtor de riqueza, uma trajetória que remonta a Pombal e sua introdução de elementos modernizadores no patrimonialismo português. Pombal acreditava na aplicação da ciência para conquistar riqueza e influenciou a criação de instituições de ensino superior no Brasil, como a Real Academia Militar. Essa base moral se aprofundou ao longo do tempo, passando pelo Estado Novo e culminando no governo militar. Durante esse período, houve um crescimento dos fundos estatais de pensões em detrimento da previdência social, com foco nas estatais que frequentemente geravam prejuízos. Além disso, houve uma busca por expansão das políticas sociais, resultando na criação de novas burocracias, apesar da falta de melhoria nos indicadores de pobreza. O patrimonialismo se manifesta na tendência do Estado em se reproduzir em estruturas burocráticas que requerem financiamento orçamentário, gerido por ele mesmo.

“O patrimonialismo brasileiro é uma herança cultural profundamente arraigada, sustentada em uma base moral de índole anti-reformista” (PAIM, 1994, p. 167). A presença desta base moral se comprova através das experiências socialistas no Brasil, sem a dimensão de capitalismo e nos processos de estatização promovidos no pós-64. O Estado Novo seria a experiência socialista brasileira que se consumou na década de 1930, e trata de exilar todas as lideranças liberais.

¹¹ Esta avaliação é aprofundada a partir das obras de Karl August Wittfogel, autor de base weberiana que aprofunda algumas avaliações sobre o patrimonialismo, especialmente, nos países não ocidentais. Autor com destaque pelo desenvolvimento das teses de “sociedades hidráulicas”.

Neste sentido cabe citar o texto de Paim (1994) em sua completude, para compreender a avaliação temática:

“No ciclo subsequente, isto é, no último meio século, o que se dá é o agrupamento de todas as forças retrógradas em torno do ideário socialista, o que evidencia a sua índole patrimonialista. A Igreja Católica, que até os começos dos anos sessenta era denominada pelos tradicionalistas, adere francamente à postulação socialista, a ponto de desfigurar-se inteiramente como instituição religiosa, praticamente transformando-se num partido político. A elite militar, formada sob a égide do positivismo de Comte e , portanto, com um componente conservador predominante, em sua longa convivência com o poder, no pós-64 perde francamente o medo do “bicho-papão” do comunismo e sela com os socialistas algumas alianças muito sólidas, como é o caso da estatização da economia, da transformação da Universidade em centros de formação socialista [...] O curioso é que esse ajuntamento de força se pretende “progressista”, quando, na verdade, corresponde ao que há de mais retrógrado nas tradições culturais luso-brasileira.” (PAIM, 1994, p. 169).

Este trecho elucida a visão que Paim possui sobre o conceito de patrimonialismo, ele se constitui na contemporaneidade como no Estado centralizador e estatista. Assim, o patrimonialismo se assenta na continuidade do Estado como detentor de um papel central no desenvolvimento dos países pobres, caso brasileiro. A análise de Paim se aprofunda com a avaliação dos escritos do general Alencastro e Silva, cujas ideias sintetizam esta visão. O Estado patrimonial brasileiro permanece em condição de insucesso ao mesmo tempo em que se justifica pela incapacidade de seguir o processo estatizante.

Para superar o caráter patrimonialista do Estado brasileiro o autor propõe algumas estratégias:

1. Eliminar toda a burocracia estatal constituídas nos programas de combate à pobreza;
2. Constituir programas de privatização;
3. Reestruturação administrativas com redução orçamentária;
4. Nova proposta de estrutura administrativa, incluindo os meios militares.

Estas propostas visam encaminhar o Brasil para um Estado liberal de direito, considerando que nenhuma ação deve ser feita sem considerar o impacto da “moral social do tipo consensual”. Para isso é necessário constituir partidos políticos para criação de grupos de representação de interesse na sociedade brasileira.

3.2.3 Cosmos Ideológico

A reconstrução das principais teses de Antônio Paim possibilitou avaliar alguns constructos argumentativos. Primeiro a ideia fundamental de base moral, Paim (1994) concentra sua avaliação na chamada “base moral” do Estado patrimonial, esta ideia, argumenta ele, remonta a Weber, mas necessita das contribuições fundamentais de Oliveira Viana. A moralidade brasileira se orienta por uma sociedade que nunca foi de fato estruturada, um “povo-massa” desprovido de direitos e constringido a se colocar na posição da tutela de alguém. A nobreza portuguesa, mesmo no período de maior florescimento do mercantilismo, não se converteu em uma classe mercantil, mas utilizando as novas riquezas para o aprofundamento do consumo, ao invés da acumulação de capital como ocorre nos países ocidentais.

O conceito de moral expressa surge justamente desta dicotomia entre povo e nobreza. Dicotomia que se aprofundou no processo histórico brasileiro pela vitória das ideias centralizadoras do Estado, primeiro em Pombal, depois nos militares da primeira república, posteriormente no Estado Novo e recentemente no governo militar. Assim, a base moral resulta em um modelo de dominação patrimonial que nutre o Estado com a visão de crescimento deste.

Com isto, Paim (1994) estabelece algumas linhas de equivalência entre o conceito de patrimonialismo presente em Weber e a outros conceitos para avaliação do Estado brasileiro. É justamente nesta avaliação complementar que é possível identificar a dimensão ideológica do autor. Paim conclui que para além da divisão entre os blocos capitalistas e socialistas, pertinente em seu tempo, haveria uma divisão no dito mundo ocidental entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Esta divisão é relevante, pois, na perspectiva do autor, o subdesenvolvimento é decorrente de uma falta de capitalismo. Esta falta se dá mediante o elencar de algumas características:

1. Bens materiais de produção como propriedade livre das empresas;
2. Liberdade de mercado;
3. Técnica racional, contabilizável ao máximo;

4. Direito racional, direito que produz segurança e calculabilidade;
5. Trabalho livre;
6. Comercialização da economia, por meio de títulos e valores de participação nas empresas.

Ou seja, que possibilite as empresas capitalistas a possibilidade satisfazer suas necessidades, mercantis e rentabilística, através de orientação própria e exclusiva. “O que a sociedade capitalista se propôs realizar foi a igualdade de oportunidades” (PAIM, 1994, p. 181). Com esta conclusão o autor encaminha estratégias para que se enfraqueça o patrimonialismo brasileiro em favor do capitalismo. “Acredito que a caracterização da economia brasileira como sendo predominantemente patrimonialista pode atrair para o estudo do tema mentes criativas, de que depende, em última instância, o sucesso de qualquer linha de pesquisa na universidade” (PAIM, 1994, p. 193).

A proposta do autor se orienta pela expansão de estratégias de elementos liberais, mas a questão moral é pauta central. “Os liberais não reverterão o quadro, sobretudo no seio da juventude acadêmica e da intelectualidade, sem deixar patente a ampla base ética do capitalismo” (PAIM, 1994, p. 194), e citando Peter Berger, Paim argumenta que esta base moral parte de premissa essencialmente religiosas. Dando a entender que liberalismo e cristianismo andam juntos para consolidação do capitalismo. A seu tempo, Paim, estrutura uma pauta mínima para o enfraquecimento do patrimonialismo brasileiro:

1. “Eliminar todas as burocracias estatais devotadas aos programas oficiais de combate à pobreza”, utilizados para justificar o arranjo fiscal expressivo e a realização de políticas públicas sem controle social;
2. Novo projeto de desenvolvimento baseado em um programa de privatizações;
3. Combate à “voracidade fiscal” a partir da reestruturação administrativa da União, avaliando cuidadosamente o papel e o peso de cada um dos inúmeros ministérios;
4. Proposta de uma nova estrutura administrativa para União, visando dignificar os servidores a partir da redução da administração e da profissionalização dos entes administrativos;

As pautas apresentadas por Paim, fazem consonância com as da classe empresarial da época, especialmente citada por ele na figura de Amaury Temporal (empresário de destaque nacional). A apresentação das pautas não ocorre sem certo receio por parte do autor: “Ao enfrentar a questão do patrimonialismo brasileiro cumpre reconhecer francamente que as tradições culturais prevaletentes em nosso país são francamente desfavoráveis ao capitalismo” (PAIM, 1994, p. 197). As citadas tradições culturais são resultantes de uma “moral social do tipo consensual” decorrentes do pluralismo religioso, que forneceram esta base, mas o avanço das religiões afro-brasileiras e dos evangélicos oferece um fator de esperança para a desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Com esta breve avaliação destaca-se em país uma tendência liberal, mas que não se desvinculou de uma base moral religiosa. Na perspectiva do autor, esta são as condições de enfrentamento do Estado patrimonialista. O cosmo ideológico do autor unifica patrimonialismo, socialismo e centralização e opõe este conjunto a capitalismo, liberalismo e moral religiosa. Em termos práticos é ofertada uma agenda para o Estado que não é em si inovadora, mas que vêm acompanhada da avaliação de que na história esta agenda foi diversas vezes derrotada. A derrota decorre do componente social, cultural e em última instância moral. Esta junção faz da perspectiva ideológica de Paim, distinta e como tal pertinente. Pela influência em autores posteriores como Ricardo Vélez Rodríguez, consolidando desta forma uma linha crítica, liberal e conservadora.

3.3 A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Florestan escreve “A revolução burguesa no Brasil” entre 1966 e 1974, a demora resulta, dentre outras razões, da sua aposentadoria compulsória da USP no período dos “anos de chumbo”. O livro foi composto em momentos distintos: as duas primeiras partes, “As Origens da Revolução Burguesa” e “A Formação da Ordem Social Competitiva”, datam de 1966, enquanto a terceira parte, “Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente”, foi escrita em 1974. Esse último ensaio não só complementa os blocos anteriores, avançando na narrativa histórica que

originalmente parava na época da abolição da escravatura, mas também introduz mudanças significativas na interpretação do processo histórico.

3.3.1 Resumo da Obra

A obra de Florestan Fernandes (1987), examina o processo de revolução burguesa no Brasil, abrange um vasto período, desde a independência em 1822 até o auge do regime autoritário sob governo militar na década de 1970. O livro divide esse longo trajeto em três partes essenciais: "As Origens da Revolução Burguesa"; "A Formação da Ordem Social Competitiva" e "Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente". O capítulo crucial é reservado para "o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista."

A análise de Florestan não se limita a observação histórica, mas explora as complexas relações entre dinâmicas temporais e estáticas na sociedade brasileira. O autor considera as mudanças no padrão de relações com o cenário capitalista global. O resultado é uma exposição da transformação histórica da revolução burguesa em um modelo autocrático-burguês.

A independência do Brasil abriu caminho para a emergência da sociabilidade burguesa, promovendo o comércio, a vida urbana e a modernização do Estado. No entanto, a manutenção do sistema escravista dividiu a sociedade entre estruturas heteronômicas, como a grande lavoura de exportação, e dinâmicas autonomizantes, centradas no mercado interno. Esse paradoxo contribuiu para a formação de uma sociedade híbrida e uma formação social caracterizada pelo "capitalismo dependente," que coexistia com elementos arcaicos.

A obra destaca a necessidade de entender como a revolução burguesa se manifestou no Brasil e como a "burguesia" nesse contexto é distinta de seu equivalente europeu. O conceito de revolução burguesa no Brasil, conforme proposto por Florestan Fernandes, não se trata de uma mera aplicação de teorias europeias, mas sim de uma abordagem que reflete sobre como o Brasil alcançou a modernidade capitalista. A revolução política que levou à independência do país não

foi acompanhada por uma revolução econômica e social igualmente abrangente, resultando em uma modernização conservadora.

O conceito de "autocracia burguesa" desempenha um papel fundamental em sua análise, especialmente à medida que a narrativa se aproxima dos anos 1970. Ele descreve uma dinâmica na qual a burguesia assume uma posição mais defensiva, optando por não buscar ativamente o poder político, mas, em vez disso, garantir vantagens no bloco dominante. Isso ocorre ao mesmo tempo em que se empenha em conter o avanço da classe trabalhadora, contribuindo para a instabilidade na sociedade.

Esse complexo jogo de poder permeia todas as dimensões da sociedade brasileira, levando à incorporação de uma dinâmica que mistura elementos rígidos e maleáveis, criando um ambiente complexo e incerto. A consequência é que a autocracia, originalmente concentrada no poder político, adere a todas as camadas da sociedade. Isso resulta em uma contínua confusão entre o que é maleável e o que é rígido, enquanto o sistema institucional se dissolve, prejudicando o desenvolvimento da ordem democrática.

Florestan Fernandes (1987) não apenas lança luz sobre a história do Brasil, mas também destaca a importância de entender as nuances das relações políticas, sociais e econômicas na sociedade brasileira. Ela oferece uma visão crítica das dinâmicas de poder, questionando a coexistência de elementos democráticos e autocráticos e as implicações dessa dinâmica para a sociedade. Esse entendimento é relevante até os dias atuais, pois o Brasil continua a enfrentar desafios relacionados à sua democracia e ao equilíbrio entre classes sociais.

Assim, conforme o autor, os conceitos de burguesia e revolução burguesa emergem como elementos de análise, não com o intuito de explicar o presente do Brasil por meio do passado dos povos europeus, mas sim como uma abordagem para refletir sobre como o Brasil alcançou a modernidade capitalista. A ideia de revolução burguesa é interessante como processo dos meios de acesso do país a uma ordem capitalista.

O desenvolvimento lento e gradual do capitalismo brasileiro é resultado do caráter de modernização conservadora dominante com a independência do país.

“Se a revolução política, desencadeada pela emancipação nacional, fosse também uma revolução econômica e social, as coisas teriam se passado de outro modo. Então, a ordem social competitiva teria nascido juntamente com o Estado nacional independente e com o surto de modernização, provocado pela incorporação direta da economia brasileira ao mercado mundial.” (FERNANDES, 1987, p. 152).

A emergência e expansão do capitalismo no contexto da presença da ordem social escravocrata e senhorial criou uma acomodação entre formas econômicas distintas e exclusivas. Isso resultou no desenvolvimento de uma economia nacional que pode ser descrita como híbrida. Essa economia, por sua natureza essencialmente periférica e dependente, possibilitou a coexistência e a fusão de elementos modernos com aspectos arcaicos. Nesse contexto, não surgiu uma burguesia com uma consciência revolucionária plenamente integrada e ciente de seu destino histórico. Em vez disso, houve o desenvolvimento de um estrato social que buscava uma evolução em parceria com a aristocracia agrária, em vez de confrontá-la, visando a uma revolução que ocorresse "dentro da ordem". As elites que se beneficiavam do sistema escravocrata e senhorial uniram forças para preservar os aparatos de poder e controle que haviam adquirido na antiga ordem. Como resultado, o "espírito burguês" foi apenas parcialmente absorvido.

Esse período na história do Brasil não marcou uma transição do padrão colonial de crescimento econômico para um padrão de desenvolvimento capitalista. Em vez disso, houve uma transformação do crescimento colonial para um modelo neocolonial, que posteriormente se adaptou rapidamente a um padrão de crescimento econômico capitalista dependente e subdesenvolvido.

O surgimento das relações de produção capitalistas, no Brasil, não poderia levar a uma revolução nacional e democrática, pois isso teria implicado a eliminação da base de poder das elites agrárias e oligárquicas. Portanto, a burguesia emergente assumiu uma natureza "ultraconservadora e reacionária" (FERNANDES, 1987, p. 212). A revolução burguesa no Brasil não seguiu o padrão clássico no qual a burguesia se aliaria ao proletariado para derrubar o Antigo Regime. Em vez disso, a burguesia fez alianças com os setores dominantes da sociedade, promovendo uma revolução "dentro da ordem" e "de cima para baixo".

Conseqüentemente, a revolução burguesa no Brasil não alcançou suas metas democráticas e nacionais. Em vez disso, serviu para legitimar o

desenvolvimento do capitalismo interno, dando origem a uma "democracia restrita, aberta e funcional apenas para aqueles que têm acesso à dominação burguesa" (FERNANDES, 1987, p. 212), constituindo um setor minoritário privilegiado com acesso direto ao Estado. Portanto, a revolução burguesa consolidou-se preparada para coibir qualquer tentativa de contrarrevolução e garantir a legitimação da ordem.

Isso possibilitou à burguesia estabelecer uma associação mais estreita com o capital financeiro internacional. Além disso, o Estado reprimiu qualquer ameaça à ordem, incluindo possíveis revoluções democrático-burguesas. Esse cenário culminou em uma "revolução de cima para baixo", caracterizando uma espécie de modernização conservadora. A ditadura militar, nesse sentido, pode ser vista como uma tentativa dos setores hegemônicos da burguesia nacional, em parceria com o imperialismo dos Estados Unidos e as Forças Armadas, de conter um modelo de desenvolvimento nacional e democrático.

Conforme a análise de Fernandes, o capitalismo não se conforma a um único padrão de desenvolvimento universal e invariável, mas dá origem a vários modelos de desenvolvimento que correspondem às diferentes formas que o capital assume ao longo da história. Para compreender essa complexidade, o autor propõe a divisão da evolução interna do capitalismo no Brasil em três fases distintas: a eclosão de um mercado capitalista moderno, a formação e expansão do capitalismo competitivo e a irrupção do capitalismo monopolista. No entanto, nenhuma dessas fases se assemelha ao desenvolvimento capitalista das nações centrais e hegemônicas; ao contrário, elas refletem as características próprias das nações periféricas e heteronômicas.

A primeira fase, que se estende desde a abertura dos portos até meados de 1860, é marcada pela conexão da economia interna com o mercado mundial, que contribui para dinamizar a acumulação em um padrão neocolonial de desenvolvimento. Contudo, essa fase mantém o sistema de produção escravista e gera apenas um crescimento leve nas relações com o mercado global, sem uma ruptura completa da dependência externa.

A segunda fase, chamada de formação e expansão do capitalismo competitivo, tem início por volta de 1860 e se estende até a metade dos anos 1950.

Durante esse período, o sistema econômico se diferencia, criando as bases para a industrialização e promovendo uma transição de relações competitivas. No entanto, esse desenvolvimento foi, em grande parte, induzido por fatores externos, adaptando as transformações da economia brasileira aos dinamismos das economias centrais.

A terceira fase, caracterizada pelo surgimento do capitalismo monopolista na década de 1950 e sua consolidação após o golpe de 1964, abriu o país para a influência das grandes corporações internacionais. Esse padrão de desenvolvimento se encaixa nas economias periféricas de maneira específica, refletindo as pressões das economias centrais em busca de recursos e potencial produtivo. As corporações globais direcionaram os recursos e o excedente econômico para suas próprias economias, não promovendo um desenvolvimento autônomo no Brasil.

Fernandes (1987) ressalta a dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia na história brasileira, desencadeada pela influência externa e interna da dinâmica econômica. Esse processo levou a uma crescente desigualdade econômica e social, fortalecendo a consciência de classe, especialmente entre a classe trabalhadora. O proletariado adquiriu um papel mais significativo na sociedade, pressionando por suas necessidades e marcando o início de um sindicalismo ativo. Esse novo cenário exigiu que a burguesia atuasse com mais cautela e menos arbitrariedade na condução do país.

No entanto, a "autocracia burguesa" seria uma condição transitória, uma vez que o Estado autocrático teria que adotar estratégias para manter a legitimidade, como a "democracia de cooptação." Essa estratégia consistiria em conceder direitos e conquistas progressistas para conter revoltas populares e garantir a estabilidade do capitalismo dependente. No entanto, a fragilidade dessa estratégia residiria na extrema desigualdade social, e uma possível alternativa seria o acirramento dos conflitos de classe, abrindo caminho para a consolidação do capitalismo monopolista ou a eclosão do socialismo.

3.3.2 Patrimonialismo em Destaque:

O patrimonialismo na obra de Florestan Fernandes surge da avaliação de continuidade da estrutura colonial, em termos de um modelo político tradicional com capacidade de se adequar às mudanças econômicas locais e globais, resultantes da independência e da inserção do Brasil no mercado global irrestrito. Ou seja, como um modelo político capaz de aguentar o impacto de mudanças sociais, econômicas e políticas e permanecer com seu núcleo de poder intacto. Nem a força dos processos modernizadores influenciados pela filosofia política liberal foram capazes de afetar “aspectos da vida social, econômica e política que continuaram a gravitar em torno da escravidão e das formas tradicionais da dominação patrimonial” (FERNANDES, 1987, p. 36) durante as primeiras décadas de Brasil independente, com permanência da sujeição ao prestígio pessoal dos senhores e ao poder de mando das grades famílias.

Florestan ressalta a identificação de uma modelo de dominação estamental baseada nos privilégios senhoriais, que considerava “sociedade civil” e “estamento social dominante” como termos equivalentes. Com a exclusão de grande parte da sociedade dos processos políticos, estes constituíam a “massa dos cidadãos ativos”. O processo de mudança faz com que senhor que se transforme em senhor-cidadão; “ao mesmo tempo, descobriu que a proteção e a expansão dos mesmos privilégios dependiam da extensão da dominação senhorial aos outros planos da vida” (FERNANDES, 1987, p. 41). É com a consolidação do poder senhorial que a probabilidade mando do senhor transcende os limites do domínio senhorial e passa a ter um grau de poder político, estes passam a ocupar um papel de implantação de um “Estado nacional”. Assim:

“a sociedade civil não era tão-somente o palco em que se movimentava o senhor-cidadão. Ela era literalmente, para ele, a “sociedade” e a “nação”. As bases perceptivas e cognitivas de semelhante representação seriam fáceis de explicar, como decorrência da identificação psicossocial do sujeito com o mundo em que transcorria sua existência e no qual suas probabilidades de ação social ganhavam significação política” (FERNANDES, 1987, p. 43).

O caráter estamental da sociedade fez com que a inovação e a reconstrução fossem dirigidas ou controladas pela elite da sociedade escravista e patrimonialista. Criando uma correlação entre “velho” e “novo”, em que o Estado precisava, ao

mesmo tempo, manter as estruturas sociais de privilégio e fomentar o aparecimento de uma sociedade nacional. As estruturas sociais precisavam ser suficientemente rígidas para garantir sua continuidade e suficientemente plástica para produzir uma sociedade brasileira como nação. Estes esforços resultaram em uma estrutura burocrática de dominação senhorial, com estamentos médios e superiores.

“Não é difícil inferir-se por que os ajustamentos históricos assumiram essa direção. Graças e através da Independência, Nação e Estado nacional independente passaram a ser “meios” para a burocratização da dominação patrimonialista e, o que é mais importante, para a sua transformação concomitante em dominação estamental típica.” (FERNANDES, 1987, p. 41).

Neste sentido, os setores senhoriais assumiram uma postura revolucionária ao conseguir resguardar as estruturas coloniais, que garantiam as formas tradicionais de dominação patrimonialista para produzir privilégios e prestígio social aos estamentos, garantido a transição de um modelo patrimonialista para um modelo de dominação estamental burocratizada. Desta forma, “a dominação patrimonialista vinculava, ao nível da sociedade global, os interesses e as formas de solidariedade dos estamentos senhoriais à constituição de um Estado nacional independente e à ordenação jurídico-política da Nação” (FERNANDES, 1987, p. 55). A relação entre Estado independente e sociedade baseada na dominação estamental fez com que não surgisse, ao menos no período imperial, forças sociais novas.

A nova lógica de organização política, propiciou o desenvolvimento de novos padrões econômicos, “em poucas palavras, a economia agrária patrimonial constituía uma agência ímpar de captação de excedente econômico” (FERNANDES, 1987, p. 100). O excedente produtivo econômico não se voltava para reprodução do quadro escravista, mas se destinava ao consumo, investimentos ou aplicado reprodutivamente nas cidades. Esta alteração propiciou crescimento econômico interno do país e gerou uma redistribuição de renda em algum nível. Assim, a consolidação da dominação estamental em um Estado nacional independente produziu a modernização da economia brasileira pela expansão da lógica capitalista de investimento e aumento dos padrões internos de consumo. Processo que se intensificou com a chegada dos imigrantes, e a difusão de um protótipo de *homo oeconomicus*. Os aspectos econômicos são relevantes, pois o senhor agrário é o ente que condensa o poder patrimonial, uma vez que seu poder político e econômico

se expande e retroalimenta. O senhor agrário absorve os papéis econômicos da expansão do capitalismo comercial e financeiros nas cidades, “sob o império indiscutido e invisível da tradição patrimonialista, florescia o mais ardente empenho de acumular riqueza e de convertê-la em poder” (FERNANDES, 1987, p. 119). Com isto, o patrimonialismo, enquanto tradição, engloba e orienta liberais e conservadores. A partir do “código de honra” da tradição patrimonialista que se institui propriamente na independência.

A análise de Florestan Fernandes, centrada no conceito de patrimonialismo, resgata a noção de tradição como um legado colonial fundamental. O período de transição dos tipos de dominação, do tradicionalismo patrimonial para a burocratização estatal, é notavelmente marcado pela fase de independência. Para o autor, a formação do Estado nacional está intrinsecamente ligada a essas dimensões. Durante esse processo histórico, diversos estratos sociais se manifestam. O senhor evolui para o papel de cidadão, o imigrante se transforma na emergente burguesia, embora sem a capacidade de subverter a ordem estabelecida, enquanto as massas populacionais permanecem em sua condição original. O conceito de patrimonialismo assume um papel central como uma ferramenta analítica específica, direcionada à sua própria transformação, como um elemento primordial desse contexto.

3.3.3 Cosmos Ideológico:

Em outras obras, Florestan Fernandes reafirma sua posição enquanto estudioso do marxismo e como defensor de propostas socialistas. Neste sentido, “A Revolução Burguesa no Brasil” orienta-se pela junção de conceitos decorrentes do pensamento marxista combinando a outras categorias históricas, econômicas e sociológicas. Florestan se insere, desta maneira, no pensamento político e social brasileiro como um expoente das análises marxistas heterodoxas.

Vinculando os objetivos desta dissertação, é relevante avaliar como as propostas marxistas aparecem no âmbito do texto sendo mobilizadas como parte da interpretação nele exposta. Este tópico se dedica a este esforço, de condensar e apresentar trechos que indiquem esta relação.

Um primeiro ponto de destaque são as categorias fundamentais utilizadas pelo autor para construir sua tese. “A Revolução Burguesa no Brasil” aponta, como conceitos fundamentais, as ideias de revolução, de classes, de Estado e domínio do Estado, no escopo de um objetivo que é entender se ou como o Estado brasileiro teria experienciado sua revolução burguesa.

O liberalismo e a formação

A compreensão dos aspectos ideológicos do livro de Florestan se orienta pelas interpretações deste acerca do liberalismo brasileiro. O autor avalia que “o liberalismo forneceu, não obstante todas as limitações ou deformações que pairam sobre sua reelaboração sociocultural no meio brasileiro, as ideias gerais e a filosofia política que deram substância aos processos de modernização decorrentes” (FERNANDES, 1987, p. 36). Assim, o liberalismo constitui parte do germe do Estado nacional e sua formação.

O liberalismo detém, enquanto teoria política, aspectos utópicos e ideológicos próprios e que por vezes são indissociáveis, uma vez que nascem de necessidades e demandas de um determinado contexto histórico próprio de sua gênese. A avaliação do autor compreende que este liberalismo se constitui no Brasil como parte da monarquia constitucional como uma força modernizadora relacionada com a revolução nacional. Esta influência não ocorre sem esbarrar em limitações e sofrer deformações durante o processo.

Se o liberalismo mobiliza setores que produzem a independência perante Portugal, ao mesmo tempo, se cria um vácuo na constituição do poder. O que antes era definido pela relação de tutela passa a ser definido internamente pelo governo nacional, que se estabelece, como dito anteriormente, pelo controle do estamento senhorial.

Orientados pelo ideal liberal, restrito, se cria a figura do senhor-cidadão, responsável por ocupar os cargos centrais. As estruturas senhoriais de privilégios convertem-se em fonte de solidariedade social e associação política. Ocorre, também, de forma paradoxal, uma redução dos espaços sociais em que as garantias tinham vigência. Paradoxal, pois, na perspectiva de Florestan, é sob a influência do liberalismo que as garantias sociais passam a orbitar apenas a esfera dos “cidadãos

ativos”. Assim, se institui o modelo político pós-colonial, influenciado por uma visão liberal, mas estruturado de forma estamental. O impacto da ideologia liberal nos estamentos médios e superiores pode ser apresentado em três pontos de importância analítica: 1. Liberalismo ideologicamente mais voltado para dimensão econômica que política; 2. Visão unilateral sob a perspectiva do idealismo liberal que tendia a adequação da ideologia aos seus interesses; 3. Visão de integração nacional como parte do idealismo político, sendo uma contribuição historicamente frustrada.

A unificação das tendências liberais voltadas para aspectos econômicos e uma estrutura política baseada nos setores tradicionais que constituíam a estrutura estamental brasileira se consolidaram em transformações significativas com o processo de independência. Destacam-se cinco pontos:

1. Transformações políticas sem alteração do modelo de relações de produção. Houve uma internalização do controle da vida econômica do país. Assim, a revolução nacional não se traduz em uma revolução econômica;
2. Não é o mercado externo e suas demandas que se chocam com a dinâmica local para modificá-la;
3. As transformações ocasionadas pela independência não produzem mudanças na organização produtiva, tampouco no espírito dos agentes econômicos privilegiados;
4. Prevalece a opção pelo status colonial, “o primeiro grande salto que se deu na evolução do capitalismo no Brasil é antes de natureza sociocultural que econômica” (FERNANDES, 1987, p. 77). O “espírito burguês” que passa, gradualmente, a existir no Brasil é justamente resultado da junção de um mercado externo de capitais e um sistema nacional de poder;
5. Separação da relação entre autonomia econômica e autonomia política, que se desenvolveram paralelamente e com limitações distintas;

O liberalismo e a continuidade

A análise de Florestan dos aspectos ideológicos aparece com força em momentos distintos do livro. O impacto do liberalismo é mobilizado na constituição do Estado brasileiro e na consolidação da ordem vigente desde então. Após constituída a estrutura do Estado, tanto os setores liberais quanto conservadores se vinculavam por uma “defesa sistemática” de estruturas de poder político e econômico. A avaliação de uma transformação incompleta da economia brasileira, distante dos ideais desenvolvidos na Europa, em que: “o “protesto burguês”, como uma afirmação econômica, social e política revolucionária, não se equacionou historicamente, a partir de manifestações coletivas de condenação da ordem social escravocrata ou de exaltação a uma ordem social alternativa” (FERNANDES, 1987, p. 188).

No cenário do capitalismo dependente que emerge com a adoção do modelo liberal brasileiro, a infraestrutura é fortemente moldada pela superestrutura política. Isso se deve ao fato de que, diante da ameaça, seja ela subestimada ou superestimada, do socialismo, a estratégia monopolista torna-se essencial para as classes dominantes tanto das nações centrais quanto de suas contrapartes periféricas. Nesse contexto, o papel do componente político adquire uma relevância inegável e incontornável.

“[...]a persistência da transformação capitalista e da dominação burguesa vão passar por um eixo especificamente político. Se as burguesias nacionais da periferia falharem nessa missão política, não haverá nem capitalismo, nem regime de classes, nem hegemonia burguesa sobre o Estado. O que sugere que a Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação das estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias.” (FERNANDES, 1987, p. 295).

Ao contrário das revoluções burguesas clássicas, ou mesmo das não clássicas em que a burguesia desempenhou um papel progressista em relação às estruturas do antigo regime (como na Itália e Alemanha), no Brasil, a Revolução Burguesa assume uma natureza essencialmente contrarrevolucionária. Nota-se, a

partir disto, que o núcleo do poder de decisão e de atuação da burguesia convergiu para o Estado nacional, criando um cenário em que se impossibilita o avanço do “crescimento pacífico de uma ordem social competitiva” (FERNANDES, 1987, p. 363). O autor denomina este como um modelo político autocrático-burguês que se perpetua no controle das vantagens e privilégios que são a raiz fundamental da questão.

“Dentro da lógica dessas constatações, cabe perfeitamente admitir que as classes burguesas, apesar de tudo, levaram água de mais ao moinho e que acabarão submergindo no processo político que desencadearam, ao associar a aceleração do desenvolvimento capitalista com a autocratização da ordem social competitiva” (FERNANDES, 1987, p. 366).

Em ambos os casos citado o modelo vigente fica condenado a se transformar, de afundar nas próprias crises. A visão ideológica de Florestan Fernandes aparece no desenvolvimento epistemológico de suas teses, orientadas, dentre outras, pelo cerne do pensamento marxista. Neste sentido é operacionalizada a epistemologia marxista sob uma ótica particularista, decorrente da incapacidade de adequar conceitos puros ao cenário político e econômico brasileiro. Neste sentido, o papel de uma revolução burguesa é crucial. O socialismo de Florestan ganha uma face central em suas conclusões.

O processo de independência, a consolidação da economia baseada na exportação de commodities, o fim do regime escravista e o impacto cultural resultante da chegada dos imigrantes europeus são elementos que contribuem para entender a trajetória da revolução burguesa no Brasil. Nesse contexto, o Estado e o poder político mantêm uma continuidade com as estruturas coloniais, mesmo enquanto ocorrem mudanças significativas. As transformações culturais se desenvolvem em um ambiente que muitas vezes valoriza a tradição e mantém laços com o passado colonial. Nas palavras do autor:

“No contexto histórico de relações e conflitos de classes que está emergindo, tanto o Estado autocrático poderá servir de pião para o advento de um autêntico capitalismo de Estado, stricto sensu, quanto o represamento sistemático das pressões e das tensões antiburguesas poderá precipitar a desagregação revolucionária da ordem e a eclosão do socialismo” (FERNANDES, 1987, p. 366).

O aspecto teleológico da matriz marxista fica expressa de forma clara, o Brasil não constituiu seu capitalismo real. A saída da condição de colônia não fez do país menos dependente, economicamente, nem mais competitivo, politicamente. O

Estado precisa alcançar o grau de capitalismo para que, conseqüentemente, se encaminhe à revolução socialista posterior. A burguesia nacional não cumpriu seu papel histórico, pois a ordem vigente não possibilitou um rompimento. Ainda que a independência tenha rompido com as influências portuguesas, a elite local deixou a elite da colônia para ser a elite do “império”.

O Brasil é colocado na ótica marxista de maneira cuidadosa por Florestan, pois o capitalismo identificado por aqui é autocrático e, ao mesmo tempo, burguês. A estrutura de classe não se estabelece da mesma forma que em outros países, uma vez que as pressões do mercado internacional não alteram a dinâmica econômica e política local. Como se apresenta na ótica marxista, Florestan identifica este como um cenário transitório, fadado a mudar pelas contradições que carrega, parte das “frustrações e as esperanças de um socialista militante”, conforme expresso na nota explicativa que abre o livro.

CONCLUSÃO:

A concepção desta dissertação concentrou-se na exploração de um conjunto teórico no qual o conceito de patrimonialismo é debatido, considerando sua delimitação temporal e os contextos ideológicos que o envolvem. O objetivo primordial é compreender como o termo "patrimonialismo" é empregado para construir interpretações sobre a realidade brasileira, revelando assim um período específico no desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. Buscou-se compreender o conceito de patrimonialismo, examinado a partir das perspectivas de Weber. A análise abrangeu as nuances da operacionalização desse conceito nos livros selecionados, considerando a dimensão ideológica que atravessa esse processo. O propósito foi de resgate de algumas interpretações brasileiras embasadas em Weber e, ao mesmo tempo, que essas interpretações fossem contextualizadas.

Em suma, o conceito de patrimonialismo desempenhou um papel significativo no pensamento político brasileiro ao longo do século XX, servindo como uma ferramenta analítica fundamental para compreender as características únicas

da estrutura política do país e explorar possibilidades de mudança. Seu amplo uso entre os autores brasileiros, desde as décadas iniciais até o passado mais recente, demonstra sua relevância contínua nas discussões acadêmicas. Através da avaliação das três obras distintas de Simon Schwartzman, Antônio Paim e Florestan Fernandes, tornou-se evidente que o patrimonialismo é um conceito multifacetado e dinâmico, sujeito a interpretações e estruturas ideológicas diversas. A avaliação comparativa das perspectivas desses autores previa lançar luz sobre a natureza complexa e contestável da aplicação do patrimonialismo, fornecendo conhecimentos valiosos para o contínuo desenvolvimento do pensamento político brasileiro.

As questões metodológicas relacionadas a esta dissertação se desenvolveram em múltiplos níveis. Embora a obra de Max Weber seja central, a sociologia weberiana não serviu como a base metodológica unificadora para os autores analisados neste documento. Não se buscou a identificação ou qualificação da fidelidade desses autores aos textos de Weber, mas sim a compreensão de como a ideia de patrimonialismo, conforme definida por Weber, foi mobilizada em um período histórico específico por autores de diversas matrizes ideológicas.

Para uma análise abrangente, foram consideradas três dimensões: a conceitual, que aborda as nuances do conceito de patrimonialismo a partir de Weber e suas adaptações no contexto brasileiro; a contextual, relacionada ao período histórico em que os textos foram produzidos, incluindo sua relevância para uma avaliação crítica da história do Brasil e a compreensão das bases para o surgimento do regime militar; e a ideológica, que avalia as matrizes ideológicas dos autores. A abordagem metodológica baseia-se, respectivamente, nas teorias de Walter Gallie, Quentin Skinner e Michael Freeden. Permitindo analisar as diferentes facetas do objeto de pesquisa, considerando o patrimonialismo como um "conceito essencialmente contestado", captando os autores como parte do mesmo contexto linguístico e explorando como um mesmo conceito é mobilizado de maneiras diversas para justificar posições político-ideológicas distintas no mesmo período.

Parte do esforço de compreensão se iniciou com uma análise da obra de Max Weber, que desempenhou um papel relevante nesta dissertação, pois a influência dos textos fora discutida em um nível mais geral e a partir do conjunto de interpretações que existem nas ciências sociais brasileiras. A entrada de Weber na

sociologia brasileira não ocorreu sem controvérsias, durante a década de 1940, suas ideias foram apropriadas por especialistas brasileiros, que recusaram os pressupostos weberianos dos tipos ideais em favor de uma abordagem mais generalista e não exploraram a discussão de Weber sobre o sentido das ciências sociais.

O "nosso" Max Weber foi mobilizado no contexto brasileiro a partir da categoria "atraso" na sociedade, especialmente relacionado a uma sociologia da modernização. Esta abordagem fez com que a ideia de que uma ruptura era necessária para que o Brasil se tornasse moderno. Além disto, a recepção das ideias de Weber no Brasil fora influenciada pela busca de uma identidade cognitiva, social e histórica para a sociologia como disciplina acadêmica no país. A obra de Weber teve uma trajetória complexa e influenciou debates sobre o atraso e a modernização no Brasil.

No entanto, as interpretações de Weber no Brasil foram diversas e evoluíram ao longo do tempo, influenciando a compreensão das questões políticas e sociais do país. As interpretações baseadas no conceito de patrimonialismo desempenharam um papel significativo na análise do Brasil, e essas interpretações se refletiram em debates sobre a natureza do Estado brasileiro e as estruturas de poder. Weber foi lido e reinterpretado de várias maneiras, e suas ideias tiveram um impacto duradouro na sociologia brasileira.

Ao se analisar as três obras, nota-se um grau relevante de "originalidade". As propostas são de fato similares, mas se desenvolvem de formas muito distintas. A compreensão de que o Estado brasileiro é centralizador, irracional e autoritário demonstra ser um ponto comum, a noção de que o período colonial consolidou um padrão de dominação também. Fora destes pontos a construção dos argumentos ocorre de formas muito distintas.

Em Schwartzman (1988), a política brasileira se desenvolve a partir de padrões geograficamente marcados: as capitais políticas (Salvador e depois Rio de Janeiro) em que ocorre a concentração política; as regiões "tradicionais" (estados do Nordeste e Minas Gerais) que passam crescimentos econômicos acelerados e depois entram em decadência, criando oligarquias locais; a existência de regiões

que se desenvolvem econômica e politicamente independente (caso de São Paulo), sendo a economia o principal eixo; e, por fim, as regiões nas quais a dimensão política é muito mais relevante que a economia (Rio Grande do Sul como fronteira militar). A existência de diferentes padrões políticos possibilita compreender, a partir da comparação, as melhorias necessárias para superação do modelo patrimonial. No caso de Schwartzman, São Paulo seria o grande exemplo, pela importância da economia e pela independência com relação ao governo central, a região apresentou um modelo político de representação de interesses mais aberto que os demais e é justamente pela via da representação que se supera os padrões de dominação patrimonialista.

A perspectiva de Paim (1994), apesar de se orientar também pela influência da obra de Schwartzman, olha mais especificamente para o fenômeno do estado. Na compreensão deste, o Brasil em sua história apresentou diversas possibilidades de superação da lógica patrimonialista e centralizadora, mas as ideias liberais e “realistas” não obtiveram sucesso. Nesse processo a dimensão patrimonialista foi se desenvolvendo a partir da adesão de ideais políticos consonantes, como o pombalismo e o positivismo. O diferencial de destaque de Paim, está no peso para os fatores culturais. O Estado brasileiro é muito mais forte que a sociedade e esta não possui base cultural e moral para superar tal lógica. Com isso, todos os esforços de modernização partem do estado e este visa controlar os processos.

Por fim, com Fernandes (1987), se identifica uma avaliação a partir da ideia de Revolução Burguesa. O autor volta sua análise para alguns fatores históricos muito relevantes para que a sociedade brasileira não tivesse passado por uma revolução aos moldes dos países desenvolvidos. A independência do país possibilitou uma abertura econômica significativa, que poderia ter dinamizado a sociedade. Contudo, o que ocorre é uma reestruturação da ordem política visando garantir a continuidade do poder nas mãos dos mesmos grupos que o detinham durante o período colonial. As mudanças ocorrem visando garantir que tudo permaneça “igual”. A expansão da dimensão econômica não foi suficiente para abertura da dimensão política.

Estes três autores mobilizam o conceito de patrimonialismo de formas distintas, também, o conceito é adaptado ou modificado para o desenvolvimento da

análise. Os autores partem do conceito de patrimonialismo, mas chegam em conclusões distintas.

Schwartzman (1988) utiliza o patrimonialismo como uma ferramenta crucial para desenvolver seus argumentos, dividindo sua discussão em dois níveis: estrutural e político. No nível estrutural, o autor compara o desenvolvimento histórico da Europa feudal, que levou ao capitalismo ocidental moderno, com outras sociedades que seguiram um caminho de sistemas políticos tradicionais, resultando em nações subdesenvolvidas ou socialistas. A diferença chave está na capacidade de articulação e representação de interesses presente na constituição política desses modelos. O argumento é que, em alguns casos, o Estado pode representar seu próprio interesse em vez de um interesse de classe específico. Distinguindo o patrimonialismo do modelo capitalista ocidental moderno pela falta de separação entre esfera econômica e política e pela ausência de articulação social e representação de interesses. Ele sugere que o patrimonialismo brasileiro se enquadra no que ele chama de "neopatrimonialismo", onde a dominação não é baseada na tradição, mas na junção de elites locais e aparato burocrático. No contexto do neopatrimonialismo, a cooptação desempenha um papel central, permitindo que o Estado promova a dominação distribuindo cargos com relevância. Embora Schwartzman use o conceito de patrimonialismo como uma ferramenta analítica, ele reconhece que não se traduz diretamente na realidade brasileira e opta por conceitos relacionados em sua análise.

Paim (1994) aborda o conceito de Estado patrimonialista, destacando sua oposição à condição ocidental e como se manifesta no Brasil. Ele descreve o Estado patrimonial como caracterizado por altos níveis de pobreza e uma burocracia privilegiada. Essa condição se traduz no Brasil em um sistema fiscal onde o patrimônio do governante e do Estado são indistinguíveis. Paim distingue entre patrimonialismo e feudalismo na dominação tradicional. Uma crítica principal ao uso do termo patrimonialismo é a ausência de uma avaliação baseada em valores morais, que Paim considera essencial. Ele argumenta que a análise de Schwartzman sobre as diferenças regionais no Brasil demonstra o impacto da base moral que sustenta o patrimonialismo, mas não é captada por ele. Paim relaciona o patrimonialismo brasileiro à visão de Estado como produtor de riqueza e destaca sua continuidade na história do país. Visando perverter esta ordem, ele sugere

estratégias para superar o caráter patrimonialista do Estado brasileiro, incluindo a eliminação da burocracia estatal ligada a programas de combate à pobreza, programas de privatização, reestruturação administrativa com redução orçamentária e a criação de uma nova estrutura administrativa. Ele enfatiza a importância de considerar a "moral social do tipo consensual" em todas as ações e a necessidade de constituir partidos políticos para representar os interesses na sociedade brasileira.

Florestan Fernandes (1987) aborda o conceito de patrimonialismo em sua obra, destacando como esse modelo político se originou da continuidade da estrutura colonial no Brasil, persistindo mesmo após a independência do país e a introdução de influências liberais. O patrimonialismo é caracterizado por uma dominação tradicional baseada em privilégios senhoriais, em que a sociedade civil e o estamento social dominante eram termos equivalentes. O autor destaca a transformação dos tipos sociais, de senhores em senhores-cidadãos, ainda mantendo seus privilégios, enquanto buscavam expandir seu poder político. Esse processo contribuiu para a burocratização da dominação patrimonialista e sua transformação em uma dominação estamental típica.

A relação entre o Estado independente e a sociedade baseada na dominação estamental levou a um crescimento econômico interno, com um aumento dos padrões de consumo e a expansão da lógica capitalista de investimento. O patrimonialismo, como tradição, desempenhou um papel importante nesse processo, orientando tanto liberais quanto conservadores. Florestan Fernandes enfatiza o conceito de patrimonialismo como uma ferramenta analítica fundamental para entender a transformação do Brasil de uma sociedade colonial para um Estado nacional independente.

Os três textos analisados fornecem uma compreensão multifacetada do patrimonialismo no contexto brasileiro. Schwartzman destaca sua relação histórica com a formação de sociedades modernas e políticas. Paim enfatiza a influência de valores morais e oferece soluções para superar o patrimonialismo. Já Florestan Fernandes ressalta sua continuidade a partir das estruturas coloniais e seu papel na transição do tradicionalismo patrimonial para a burocratização estamental. Em todos os livros o período pós-1964 é abordado como parte do processo de continuidade do

estado patrimonial. Especialmente pela junção de autoritarismo e baixa abertura política, além de continuidade da visão do papel do estado como condutor político através da lógica patrimonial/estamental. Neste sentido, torna-se altamente pertinente avaliar as críticas e propostas pela perspectiva ideológica.

O texto de Schwartzman enfoca a relação complexa entre o Estado e a sociedade brasileira, destacando a dualidade entre ideais liberais e a necessidade de intervenção estatal. Ele critica tanto o conservadorismo que muitas vezes está associado ao liberalismo brasileiro quanto o autoritarismo resultante do excesso de intervenção do Estado. Schwartzman propõe uma transição necessária, na qual o Estado deve se libertar de seu patrimonialismo ineficiente e autoritário, tornando-se mais moderno, eficiente e aberto às inovações, ao passo que a sociedade deve abandonar o liberalismo esclerosado em favor de um sistema representativo mais diversificado e real. Ele enfatiza a importância do diálogo entre o Estado e a sociedade, além do papel crucial das eleições como parte desse processo de representação. No entanto, sua proposta requer agentes ativos tanto no Estado quanto na sociedade, comprometidos com a construção de um novo pacto social que envolva a participação cidadã e a intermediação institucional. Schwartzman argumenta que a sociedade deve desenvolver a capacidade de envolver os cidadãos em diversas áreas, restabelecendo o vínculo entre Estado e sociedade, permitindo que o sistema eleitoral seja uma manifestação consciente de valores sociais estruturados. Portanto, sua análise visa encontrar um equilíbrio entre liberalismo e o papel do estado, enfatizando a necessidade de uma transformação fundamental no Brasil. O liberalismo, para Schwartzman, não pode permanecer expandindo sua influência apenas na esfera econômica de se expandir para abertura política do estado patrimonial.

Antônio Paim, ao reconstruir suas principais teses, destaca a ideia central de uma "base moral" do patrimonialismo brasileiro, a qual, segundo ele, remonta a Max Weber e se complementa com as contribuições fundamentais de Oliveira Viana. Essa base moral brasileira se diferencia da tradição capitalista ocidental ao valorizar o consumo em vez da acumulação de capital, orientada pela ausência de uma sociedade estruturada e na prevalência da tutela de alguns sobre uma "massa" desprovida de direitos. A visão de Paim reflete uma dicotomia entre o povo e a nobreza, aprofundada ao longo da história brasileira com a vitória das ideias

centralizadoras do Estado, resultando no patrimonialismo que nutre o Estado com uma visão de crescimento.

A dimensão ideológica de Paim fica evidente quando ele argumenta que o subdesenvolvimento do Brasil se deve à falta de características do capitalismo, como propriedade privada dos meios de produção, liberdade de mercado, técnica racional, direito racional, trabalho livre e comercialização da economia. Ele defende a igualdade de oportunidades como um objetivo da sociedade capitalista e argumenta que a base moral desse sistema é essencialmente religiosa, sugerindo uma conexão entre liberalismo e cristianismo na consolidação do capitalismo. Sua proposta visa enfraquecer o patrimonialismo brasileiro por meio da eliminação de burocracias estatais ligadas a programas de combate à pobreza, um novo projeto de desenvolvimento baseado em privatizações, a reestruturação administrativa do governo, a criação de uma nova estrutura administrativa e a valorização dos servidores públicos. Paim compreende que o avanço de religiões afro-brasileiras e evangélicas oferece esperança para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Sua perspectiva ideológica unifica o patrimonialismo, o socialismo e a centralização, opondo esse conjunto ao capitalismo, ao liberalismo e à moral, configurando uma visão crítica, liberal e conservadora.

Florestan Fernandes, demonstra, em alguns pontos, que sua perspectiva ideológica é fortemente influenciada pelo marxismo. O autor, em outros textos, se destaca como um defensor de propostas socialistas e, neste contexto, utiliza uma abordagem heterodoxa do marxismo para analisar a realidade brasileira. Florestan utiliza categorias fundamentais, como revolução, classes, Estado e domínio do Estado, para investigar se o Estado brasileiro passou por uma revolução burguesa. Ele destaca o papel do liberalismo no Brasil como uma força modernizadora e vincula o desenvolvimento do país a uma visão liberal que, embora tenha enfrentado limitações e deformações, contribuiu para a modernização.

O autor aborda como o liberalismo influenciou a formação do Estado brasileiro, mas também como levou à criação de uma estrutura política estamental, com a figura do "senhor-cidadão". Esse paradoxo resultou em uma redução das garantias sociais para além dos "cidadãos ativos". Florestan destaca que as transformações políticas ocorreram sem mudanças significativas nas relações de

produção, o que levou a uma revolução política, mas não econômica. A análise revela que a revolução burguesa no Brasil assumiu uma natureza contrarrevolucionária, em contraste com revoluções burguesas clássicas. Ele argumenta que a classe dominante se vinculou ao Estado e, ao fazê-lo, impossibilitou o crescimento de uma ordem social competitiva e a criação de um verdadeiro capitalismo. A persistência do controle político das classes dominantes é central para sua análise e pode, eventualmente, conduzir a mudanças significativas na estrutura de poder. O pensamento de Florestan Fernandes é impregnado de uma perspectiva ideológica marxista, na qual ele avalia a história do Brasil à luz da teoria marxista, enfatizando a importância de uma revolução burguesa e sugerindo que a contradição inerente ao sistema levará, em última instância, a uma revolução socialista.

A análise crítica dos textos revela diferentes perspectivas ideológicas em relação à evolução do Brasil e à busca de transformação. Schwartzman explora a relação complexa entre o Estado central e a sociedade, apontando o papel central do Estado na vida social do país, enquanto observa as tensões entre o liberalismo e a necessidade de planejamento estatal. Por outro lado, Antônio Paim apresenta uma abordagem liberal com ênfase na moralidade, propondo estratégias para enfraquecer o patrimonialismo e promover o capitalismo, destacando a base moral religiosa do liberalismo, necessária para sua expansão. Por fim, Florestan Fernandes adota uma perspectiva marxista, argumentando que o Brasil não alcançou um verdadeiro capitalismo, com uma ordem social competitiva, e que uma revolução socialista é parte do processo de desenvolvimento do capitalismo por aqui. Essas análises demonstram a riqueza das diferentes abordagens ideológicas no entendimento da história e do desenvolvimento do Brasil, proporcionando uma compreensão mais completa e crítica da história do pensamento político e social brasileiro.

Foi possível identificar, com a construção desta dissertação, um cenário interessante de análise. Weber, com suas ideias amplamente difundidas na academia brasileira, deixou um legado profundo que ecoa em várias correntes de pensamento. A influência do conceito de patrimonialismo se estendeu sem limitações ideológicas durante o período militar que se iniciou em 1964, alimentando as discussões sobre a peculiaridade da política e da sociedade brasileira. Os

autores examinados nesta pesquisa, com suas distintas aproximações e afastamentos em relação ao conceito, permitiram captar a rica tapeçaria do pensamento brasileiro sobre diferentes períodos históricos e sistemas políticos. Conforme avalia Campante (2003), é possível identificar duas linhas de análise a partir do patrimonialismo, uma que se origina em Faoro, e que avança até Schwartzman, que observa o patrimonialismo como parte de uma política de estado que organiza as relações política e econômicas. Outra linha é que decorre do pensamento de Fernandes que observa o patrimonialismo como um fenômeno social para além do impacto esse tem sobre o estado, organizando as relações sociais de forma maleável para garantir sua continuidade, ora permanecendo cristalizada e ora adaptando-se às mudanças da sociedade garantindo sua influência. Em Schwartzman e Paim, para haver uma concorrência direta entre as abordagens e ideias, enquanto a linha crítica de Fernandes desagua permanece quase em um outro eixo de discussões. Essa base comum viabilizou uma abordagem comparativa das obras, evidenciando como o conceito de patrimonialismo pode ser moldado por diferentes matrizes ideológicas para analisar fenômenos sociais e políticos semelhantes, ilustrando a complexidade do pensamento político e social no Brasil.

Nenhuma das linhas de análises foram esgotadas no decorrer deste documento. A compreensão dos escritos de Weber ainda possui discussões amplas, e há todo um século de influências do pensamento de autor no Brasil. As linhas de pensamento apresentadas com os livros de Schwartzman, Paim e Fernandes ainda se desdobraram em diversas obras e influenciaram autores posteriormente. O esforço desta dissertação foi de consolidar estas linhas em um documento comparativo sobre um determinado contexto histórico e que se orienta por um mesmo núcleo conceitual.

REFERÊNCIAS

- BENDIX, Reinhard. **Max Weber: um perfil intelectual**. Brasília: Editora da Unb. 1986.
- BIANCHI, Alvaro. **O conceito de Estado em Max Weber**. Lua Nova, São Paulo, n. 92, p. 79-104. 2014.
- BOAS, G. V. **A Recepção Controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980)**. Dados, vol. 57, no. 1, p. 51-66. Rio de Janeiro, jan./mar. 2014.
- BOBBIO, Norberto. **Max Weber, o poder e os clássicos**. In: Teoria geral da política. Rio de Janeiro: Campus. 2000.
- BRUHNS, Hinnerk. **Weber's patrimonial domination and its interpretations**. In: Daniel C. Bach & Mamoudou Gazibo (eds.). Neopatrimonialism in Africa and Beyond. London/New York: Routledge, p. 9-24. 2011.
- CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, v. 46, n.1, p. 153-193, 2003.
- COCHRANE, Glynn. **Max Weber's vision for bureaucracy: a casualty of World War I**. Switzerland: Palgrave Macmillan. 2018.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 3 ed. Rio de Janeiro. Guanabara. 1987
- FREEDEN, M. (2005). Editorial: **Fundaments and foundations in ideologies**. Journal of Political Ideologies, 10(1), 1–9. doi:10.1080/1356931052000339505.
- FREEDEN, M. **Confronting the chimera of a 'post- ideological' age**. In: Critical Review of International Social and Political Philosophy, Vol. 8, No. 2, p. 247–262, 2005.
- FREEDEN, Michael. **Ideology and political theory**. Journal Of Political Ideologies, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 3-22, fev. 2006. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13569310500395834>.
- FREEDEN, Michael. **The Morphological Analysis of Ideology**. In: FREEDEN, Michael; SARGENT, Lyman Tower; STEARS, Marc (ed.). THE OXFORD HANDBOOK OF POLITICAL IDEOLOGIES. Nova York: Oxford University Press, 2013.
- GALLIE, W. (1955). **Essentially Contested Concepts**. Proceedings of the Aristotelian Society, n. 56, new series, p. 167-198. Retrieved August 30, 2021, from <http://www.jstor.org/stable/4544562>.

JÚNIOR, Aristeu. **Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil**. Plural (São Paulo. Online), v. 19, p. 9, 2012. doi:10.11606/issn.2176-8099.pcso.2012.74433.

LEPSIUS, M. Rainer. **Economia e sociedade**: A herança de Max Weber à luz da edição de sua Obra completa (mwg). Tempo Social: revista de sociologia da USP, v. 24, n. 1, p. 137-145, junho/2012.

MACRAE, Donald Gunn. **As ideias de Weber**; tradução de Álvaro Cabral. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

PAIM, Antônio. **A querela do estatismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro. 212 p. Tempo Brasileiro. 1994.

PERISSINOTO, Renato. **Poder: imposição ou consenso ilusório? Por um retorno a Max Weber**. In NOBRE, Renarde Freire (Org.). O poder no pensamento social: dissonâncias. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 29-58. 2008.

PIERUCCI, Antônio F. **Economia e sociedade**: últimos achados sobre a “grande obra” de Max Weber. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 41-51, out. 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3 ed. Rio de Janeiro. Campus. 1988. 297 p.

SELL, Carlos Eduardo. **The two concepts of patrimonialism**. In: Max Weber: From The Domestic Model To The Organizational Model. Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 315-340. 2017.

SELL, Carlos Eduardo. **Poder instituído e potência subversiva**: Max Weber e a dupla face da dominação carismática. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 33, n. 98. 2018.

SELL, Carlos Eduardo. **O novo Max Weber**: como as Obras Completas (MWG) desafiam a interpretação de um clássico centenário. Fios do Tempo (Ateliê de Humanidades), 10 de junho de 2020. Disponível em: <https://ateliêdehumanidades.com/2020/06/10/fios-do-tempo-o-novo-max-weber-por-carlos-eduardo-sell/>

SILVA, Ricardo. A ideologia do Estado autoritário no Brasil. Chapecó: Argos, 2004.

SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na sociologia política de Oliveira Vianna. Sociologias, vol. 10, pp. 238-269, 2008.

SILVA, Ricardo. **O contextualismo linguístico na história do pensamento político**: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. Dados, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 299-335, 2010.

SILVA, Ricardo. Teoria política, história conceitual e conceitos essencialmente contestados. In: OSTRENSKY, Eunice e TIERNO, Patrício (orgs.). Teoria, discurso e ação política. São Paulo: Alameda, 2013.

SKINNER, Quentin. **A liberdade e o historiador**. In: Liberdade antes do Liberalismo (Tradução: Raul Fiker). São Paulo: Unesp. 1999.

SKINNER, Quentin. **Significado e interpretação na História das Ideias**. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358 - 399. jan./abr. 2017.

VIANNA, L. W. **Weber e a interpretação do Brasil**. Novos Estudos. São Paulo. N. 53. p. 33-47. Março de 1999.

WEBER, MAX. **Economia e Sociedade (Volume 01)**. 3. ed. Brasília: UnB. 1994.

WEBER, MAX. **Economia e Sociedade (Volume 02)**. Brasília: UnB. 1999.

ZABLUDOVSKY, G. **The Reception and Utility of Max Weber's Concept of Patrimonialism in Latin America**. International Sociology, 4(1), p. 51–66. 1989. doi:10.1177/026858089004001004.